

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ARIANE NASCIMENTO DE MORAIS

**ROMPENDO O VELCRO A NAVALHADAS:
SOBRE CORTES E REMENDOS LÉSBICOS**

MACEIÓ
2023

ARIANE NASCIMENTO DE MORAIS

ROMPENDO O VELCRO A NAVALHADAS:
SOBRE CORTES E REMENDOS LÉSBICOS

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora como requisito para obtenção do título de Mestra em Psicologia, junto ao programa de Pós-graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, Campus A.C. Simões.

Orientador: Prof.^a Dr. Marcos Ribeiro Mesquita

Co-orientadora: Prof.^a Dra. Marília Silveira

MACEIÓ

2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

M827r Morais, Ariane Nascimento de.
 Rompendo o velcro a navalhadas : sobre cortes e remendos lésbicos / Ariane
 Nascimento de Morais. – 2023.
 74 f. : il.

Orientador: Marcos Ribeiro Mesquita.
Co-orientadora: Marília Silveira.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 70-74.

1. Candomblé. 2. Lesbianidades. 3. Maria Navalha (Orixá). 4. Lésbicas -
Pensamento. 5. Violência. I. Título.

CDU: 159.955-055.3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP

TERMO DE APROVAÇÃO

ARIANE NASCIMENTO MORAIS

**Título do Trabalho: "ROMPENDO O VELCRO A NAVALHADAS:
SOBRE CORTES E REMENDOS LÉSBICOS".**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Documento assinado digitalmente
MARCOS RIBEIRO MESQUITA
Data: 16/02/2024 00:45:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita (PPGP/UFAL)

Coorientadora:



Documento assinado digitalmente
MARILIA SILVEIRA
Data: 15/02/2024 12:08:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marília Silveira (PPGPS/UERJ)

Examinadoras:



Documento assinado digitalmente
ERIKA CECILIA SOARES OLIVEIRA
Data: 06/02/2024 13:38:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Érika Cecília Soares Oliveira (UFF-RJ)



Documento assinado digitalmente
JULIA MARIANA BARBOZA GAMBETTA
Data: 15/02/2024 14:52:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Júlia Mariana Barboza Gambetta

Profa. Dra. Simone Maria Hüning (PPGP/UFAL)



Documento assinado digitalmente
SIMONE MARIA HUNING
Data: 15/02/2024 10:19:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maceió-AL, 31 de janeiro de 2024.

Com carinho,

À todas as mulheres que aprenderam, na subversão da norma, a gritar seus amores e
pensamentos lésbicos.

À Alessandra, minha amada.

AGRADECIMENTOS

À Maria Clara Rivero (*In memoriam*) por ter encontrado estratégias e me incentivado a entrar na faculdade, apesar de todas as dificuldades da época, possibilitando me inspirar a chegar até o mestrado. Apesar de não ter conseguido me despedir fisicamente, jamais esquecerei de tudo o que fez por mim!

À Simone Hüning, professora do Instituto de Psicologia da UFAL, por ter percebido o meu desespero em um momento delicado durante o percurso do mestrado, me acolhido e tecido redes de afeto.

Ao Marcos Ribeiro Mesquita, professor do Instituto de Psicologia da UFAL, pelo acolhimento como meu orientador, pelos ensinamentos sobre modos de ver o mundo, pensar estratégias para lidar com os imprevistos e pelas caronas compartilhadas.

À Marília Silveira, minha co-orientadora, por me acolher com tanta generosidade, afeto e sabedoria. Serei eternamente grata por todas as provocações e trocas sobre a nossa existência lésbica; por perceber a importância da minha espiritualidade, tecendo mecanismos para enxergar possível sua inserção em uma escrita acadêmica.

A todas e todos os colegas discentes com as/os quais partilhei momentos de trocas e descobertas.

À Heloísa, minha irmã, que durante diversos momentos de angústia me fez rir e aliviar todo o estresse.

Ao amigo Júnior, que me acolheu em meus primeiros momentos em Maceió, me incentivando a traçar um dos caminhos responsáveis por eu chegar ao mestrado.

À Mametu Sinagongi por todos os ensinamentos; por tirar minhas dúvidas e me apresentar o candomblé, nação angola, com tanto amor e devoção. Que apesar da distância não hesitou sobre seu cuidado por mim. Makuiu!

À Mãe Jane de Iemanjá, que me acolheu no Templo de Umbanda Missionários da Estrela do Oriente (TUMEO), me iniciando na jornada espiritual, me ensinando sobre humildade, caridade e as nuances da espiritualidade, me acalentando em momentos de insegurança e tristeza.

Aos meus pais carnis, Luiz e Eliane, que apesar de não se envolverem diretamente em minha vida profissional e acadêmica, foram motivos pelos quais muitas reflexões foram desencadeadas.

Ao grupo de orientação coletiva, formado apenas por mulheres, que me fez enxergar a força de um coletivo que testemunhou e vivenciou desafios na universidade, encontrando uma rede de afeto que muito me incentivou e ajudou a concluir o mestrado.

Especialmente, à minha amada companheira Alessandra, que como nenhuma outra pessoa, acompanhou de perto os momentos de desespero, raiva, angústia e alegria no decorrer dessa jornada. Que segurou em minha mão tantas vezes me apoiando em todas as decisões tomadas. Que também esteve aberta a aprender comigo. Que me fez acreditar que eu conseguiria chegar até aqui. Você foi imprescindível!

À todas/os guias espirituais que me acompanharam e me iluminaram durante esse processo, abrindo fontes de inspiração para a escrita.

Kiuá Matamba!

Kiuá Nkosi!

Kiuá Nzazi!

Kiuá Kitembu!

Pambu Njila jamugonge, ia ia, orere

Pambu Njila jamugonge ia ia, orere

Pambu Njila Kujá kujanjo

RESUMO

A partir da conexão entre a força ancestral da malandra Maria Navalha, figura das religiões de matrizes africanas, e o pensamento lésbico, esta dissertação objetiva a produção da navalha como uma ferramenta de análise das opressões. A navalha na tradição religiosa africana funciona como instrumento de defesa e proteção. Na tradição oral lésbica imortalizada na música de Raul Seixas, as mulheres lésbicas “colocam suas aranhas para brigar”, nesta dissertação, entretanto, as aranhas são colocadas a tecer. Adrienne Rich, bell hooks, Donna Haraway, Audre Lorde, Gloria Anzaldúa, Maria Navalha, Maria Mulambo e outras Marias lésbicas tecem uma teia para guardar a navalha, por debaixo da roupa. As Marias cujos corpos são continuamente violentados pelo patriarcado, pelo sexismo e pela lesbofobia, navalhavam suas experiências, identificando as opressões. A teia tecida pelas aranhas também remenda coletivamente os corpos dilacerados pelas opressões, de modo a se reerguerem e se reencantarem pelas ruas.

Palavras-chave: Candomblé; lesbianidades; Maria Navalha; pensamento lésbico; violências

ABSTRACT

Based on the connection between the ancestral strength of the trickster Maria Navalha, a figure in African-based religions, and lesbian thought, this dissertation aims to produce the razor as a tool for analyzing oppression. The razor in the African religious tradition functions as an instrument of defense and protection. In the lesbian oral tradition immortalized in the music of Raul Seixas, lesbian women “put their spiders to fight”, in this dissertation, however, the spiders are put to weaving. Adrienne Rich, bell hooks, Donna Haraway, Audre Lorde, Gloria Anzaldúa, Maria Navalha, Maria Mulambo and other lesbians weave a web to store the razor, under their clothes. The Marias, whose bodies are continually violated by patriarchy, sexism and lesbophobia, analyzed their experiences, identifying oppressions. The web woven by spiders also collectively mends bodies torn apart by oppression, so that they can rise again and re-enchant themselves in the streets.

Keywords: Candomblé; lesbianities; Maria Navalha; lesbian thinking; violence

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. METODOLOGIA: NAVALHAR PARA ANALISAR.....	15
3. LESBIANIDADES.....	29
3.1. Não param de nos matar	47
3.2. Não param de aniquilar nossa subjetividade	50
3.3. Uma Maria aniquilada na universidade	55
4. CONCLUSÕES: REMENDOS DE UM CORPO ENCANTADO DAS RUAS	58
4.1. Das ruas que falam, gritam e brindam	59
4.2. Maria Mulambo: a que tira do lixo e leva ao luxo	64
5. REFERÊNCIAS	70

1. INTRODUÇÃO

Me chamo Ariane Nascimento de Moraes. No encerramento deste ciclo de mestrado estou no auge dos 30 anos de idade. Sou natural da cidade do Rio de Janeiro e atualmente resido na cidade de Maceió-AL. Ariana com ascendente em virgem, lua em aquário, vênus em áries. Filha de Luiz e Eliane, irmã da Heloísa, companheira da Alessandra e também filha de *Matamba* e *Nkosi*. Sou uma mulher cis, lésbica e macumbeira. Essa breve apresentação não objetiva construir uma autobiografia, mas julgo ser importante situá-las em relação a essa pessoa que vos escreve, como uma primeira gingada no texto contra a impessoalidade que costumamos observar em textos acadêmicos. Como afirma Sofia Favero, “Endereçar, mais especificamente, é dizer que não há inocência em uma pesquisa. Quem pesquisa, tem uma história. Tem um objetivo. Aparece entre os parágrafos, pois não é possível sair ileso em um texto” (Favero, 2020, p.18).

Inicialmente, essa pesquisa havia nascido da motivação em continuar no âmbito acadêmico, a partir das experiências compiladas na graduação. Contudo, os caminhos que foram sendo traçados fizeram com que fosse inevitável passar por situações desagradáveis – para não dizer violentas, as quais reformularam a motivação de escrita desta dissertação. Escrever agora é um ato político de resistência, um modo de continuar viva, passada a violência que cercou e cerceou quase a metade do tempo de produção desta dissertação.

Começo a escrever a introdução dessa dissertação relembrando o percurso que me possibilitou chegar ao fim dela. Muitos foram os caminhos traçados; mudanças escritas em parceria com as colegas da orientação coletiva: Nayara Rita Cardoso Campos, Jeanyce Gabriela Araújo, Marcela Marques, professora Marília Silveira, minha companheira Alessandra. Sim, essa dissertação foi composta também pelos conselhos, orientações e conversas com outras mulheres. Essa dissertação também se fez com as mulheres da banca de qualificação Simone Hüning e Érika Oliveira, que me ajudaram a ressituar os objetivos e o referencial teórico ao qual me ancorei para escrever. E com a experiência de estágio docente nas turmas do professor Marcos Mesquita, onde pisei pela primeira vez como professora, afirmando a lésbica que sou.

Durante os vários momentos em que retomo a escrita sinto o corpo e algumas sensações me tomam: o frio na barriga, um nó na garganta, tensão, arrepio, a respiração ofegante, choro, risada, assim como quando nos arriscamos a fazer algo pela primeira vez ou algo que nos desafia. Eis o corpo de uma mulher, uma mulher lésbica que sente, vibra. Me agarro nessa vitalidade para construir narrativas com mulheres independentes, faceiras, temidas, fora das normas, tendo como companheiras de escrita mulheres que assim são definidas, uma conexão entre pombagiras e Marias Navalhas que me espelho para recuperar a potencialidade de se falar sobre ser mulher, lésbica e macumbeira. Existe o desejo em produzir um trabalho que versa sobre contextos dos quais me entendo parte, destacando, neste instante a pombagira como figura feminina de transgressão e empoderamento (Reis, 2020). Trago o sentido de transgressão como resistências às ideias e instituições sociais que são modelos de dominação e controle que solidificam uma moralidade aceita, ou seja, a produção de subjetividades, mundos, sentidos contra o discurso ideológico hegemônico (Sousa Filho, 2011).

Em meio à tapeçaria complexa da vida, encontrei-me envolvida por uma teia de conexões femininas que transcende as fronteiras do individual, formando uma força coletiva que ecoa como um mantra de resistência e solidariedade. Cada uma de nós carrega uma história única, um conjunto de experiências que moldou nossa jornada. No entanto, é na interseção dessas narrativas que descobrimos uma fortaleza inabalável. Somos como pedras preciosas diversas, lapidadas pela vida, cada uma contribuindo com uma tonalidade única para o caleidoscópio de nossa coletividade.

A força coletiva entre mulheres é como um vento que sopra, impulsionando alcançar alturas antes inimagináveis. Em nossas risadas, encontramos força. Nos abraços trocados, ainda que muitas vezes virtuais, descobrimos um refúgio seguro para nossas vulnerabilidades. Somos arquitetas de pontes emocionais, construindo caminhos para a compreensão mútua em um mundo que muitas vezes tenta nos separar.

Quando uma de nós está cansada, encontramos apoio nos braços fortes da coletividade. Quando uma voz é silenciada, outras se erguem em uníssono, formando um coro imparável que desafia a opressão. A força coletiva entre mulheres não é apenas uma resposta à adversidade; é uma celebração de conquistas, grandes e pequenas, que ecoam através do tecido do tempo. É nos movimentos coletivos, nas lutas compartilhadas, que percebemos o poder transformador de nossa união. Somos as artífices de mudanças, quebrando correntes e desafiando normas obsoletas. Em nossa diversidade, encontramos uma riqueza de perspectivas que nutre a criatividade e a inovação.

À medida em que avançamos, não somos apenas as herdeiras da força de nossas antecessoras, mas também as construtoras de um legado para as gerações futuras. Nossa força coletiva é um presente que passamos adiante, uma chama que se perpetua através do tempo, iluminando o caminho para aquelas que virão depois de nós. Neste momento, o texto escrito sai da primeira pessoa e se constitui um nós, aqui marcado pelo coletivo de orientação, que às vezes se estende ao nós do terreiro, ao nós das epistemologias feministas, ao nós do pensamento lésbico. Apenas para marcar que esta produção não foi solitária. Quando utilizo a primeira pessoa do singular, é por se tratar de uma experiência pessoal, os nós são marcados nas teias que tecemos a cada capítulo, e há também ela(s) a(s) Maria(s), as figuras mitológicas que guardam nossas dores, nossas forças e nossas navalhas.

A partir dessa compreensão, esta pesquisa pretende produzir de conhecimentos que contribuam para o enfrentamento das relações de dominação, sedimentadas em torno da naturalização de padrões sociais hegemônicos, que repercutem em tentativas de aniquilamento de identidades e reproduzem violências. Portanto, o tema de pesquisa é pensado a partir das dinâmicas que afetam a mim, e acredito que a tantas outras mulheres, que ocupam ou já ocuparam espaços nos quais fomos deslegitimadas/invisibilizadas/violentadas.

Acredito que a afirmação do meu lugar de mulher cisgênero, lésbica e macumbeira se faz importante no sentido de possibilitar a construção de narrativas que permitam desconstruir nossa invisibilidade. Assim, esse estudo tem por objetivo construir uma ferramenta de análise das opressões singulares às mulheres lésbicas. Uma proposta que visa problematizar e entender processos e fenômenos e não delimitar um objeto de pesquisa circunscrito à uma amostra. Conforme nos diz Sara Ahmed (2022, p. 261), ser lésbica e viver uma vida como tal, nos fornece dados abundantes; coletamos informações sobre diversas instituições que governam a reprodução da vida: “são quase dados demais; não temos tempo para interpretar todo o material que coletamos. Se viver uma vida lésbica nos fornece dados, o feminismo lésbico nos fornece as ferramentas para interpretá-los.”

Deposito sua relevância no reconhecimento de fatores que interpelam as vivências de mulheres lésbicas que diariamente estão postas em condições e situações de injustiça, opressão, violência, dentre outros elementos que podem repercutir na vivência da sexualidade de forma bastante discriminatória. Cientificamente, pretendo contribuir na esfera de compreensões para fortalecer e difundir o debate acadêmico em torno do gênero e sexualidade fundamentados sob um projeto teórico-epistemológico, político e

metodológico lésbico, ou seja, contra-hegemônico e capaz de permitir e integrar os afetos no fazer pesquisa.

Frente às minhas próprias vivências e de outras mulheres lésbicas (as Marias que aparecem em diversas histórias ao longo do texto) esta pesquisa se organiza a partir de uma pergunta: como pensar as vivências lésbicas marcadas pelas violências produzidas pelo patriarcado, sexismo e lesbofobia? Esta pergunta me abre um campo no qual teço o objetivo de constituir a navalha como uma ferramenta de análise das opressões. Desse modo, a pesquisa se organiza em três capítulos que seguem após esta introdução.

No primeiro capítulo, a metodologia da dissertação é apresentada. Maria Navalha é a figura/mito que oferece a ferramenta que guiará toda a nossa análise. Neste capítulo apresentamos como a experiência será escorrida pelo corpo em texto, quais marcas poderemos identificar como sendo produzidos pelo (c)istema heteropatriarcal e como navalhar as próprias experiências, os conceitos e as produções de saber hegemônicas como estratégia de subversão e sobrevivência.

No segundo capítulo, intitulado Lesbianidades, com a navalha em mãos farei três movimentos - um em direção à morte (o lesbocídio), um em direção ao aniquilamento das subjetividades da Maria lésbica e, um remetendo a minha própria singularidade, a narrativa de uma Maria que foi violentada em parte de seu percurso acadêmico. Tal violência foi responsável por travar o andamento do percurso de escrita desta dissertação.

No terceiro capítulo encerro a dissertação remendando Maria com a força de todas as experiências anteriores. Ela se constitui coletivamente, remenda os cortes provocados pelas violências e limpa o sangue jorrado de seu corpo. No coletivo de tecedeiras Maria aprende a tecer casulos de proteção e defesa, aprende a viabilizar e ocupar o corpo e pensamento lésbico. Na direção de ressignificar a presença dessas Marias em espaços que tentam nos aniquilar. Neste final é Maria Mulambo quem conta como se tornou possível utilizar as ferramentas apresentadas para romper os paradigmas e renascer, do lixo ao luxo nas lutas cotidianas.

É importante destacar que esse estudo não pretende discorrer acerca das nuances que envolvem os ritos do candomblé, reconhecendo as minhas limitações sobre os estudos religiosos. As reflexões aqui colocadas foram baseadas nas minhas experiências entre leituras e vivências no decorrer dos meus 10 anos de terreiro, sendo 3 anos na umbanda e 7 anos no candomblé, nação angola, como abiã¹. Os 7 anos no candomblé,

¹ O termo “abiã” (*abiyán*, em iorubá; *ndumbe* ou *ntangi*, em bantu) corresponde à pessoa pré-iniciada, trazendo a ideia de início; representando a etapa pela qual a/o abiã irá se familiarizar com a casa de

correspondem a um pouco mais do tempo que me mudei do Rio de Janeiro para Maceió, ou seja, vivenciei o candomblé dentro do que foi permitido a uma abiã, sem participar tão profundamente nos rituais de fundamentos, mas com aprendizados que me permitiram chegar até aqui. Como médium rodante², desenvolvi minha mediunidade e tive a oportunidade de ser acompanhada dos meus guias no decorrer de todos os processos.

Dou início aos trabalhos, sabendo que é necessário saudar a Exu antes de tudo. Aprendi, na prática e na literatura que Exu é o guardião dos nossos caminhos, senhor da linguagem, da comunicação, do movimento, o princípio, devendo ser o primeiro reverenciado. Dito isso, agora despacho o padê³ e busco me conectar com o senhor das encruzilhadas, de tal modo que me fortaleço para enfrentar mais uma encruzilhada – da vida. A encruza é o lugar da confluência, onde os saberes se conectam e dialogam, é o espaço de reinvenção da cultura e nós mesmas. “É na encruzilhada literária que o pensamento se potencializa e abre novos caminhos” (Correia, 2022, p. 143).



Fonte: acervo pessoal

É, pois é

Exu dá caminho, é só pedir com fé

(Ponto de Exu)

Axé!

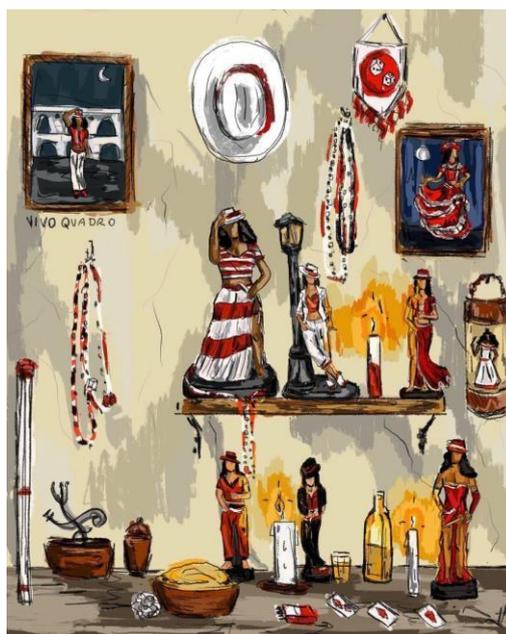
candomblé, aprendendo cantigas, danças e o que lhe for permitido durante essa etapa, antecedendo sua feitura de santo (Odé Kileuy; Vera de Oxaguiã, 2009).

² Pessoa que possui a mediunidade de incorporação dos nkisis/orixás/guias espirituais.

³ Rito destinado à Exu para dar início aos trabalhos espirituais, sendo composto por diversos elementos. Popularmente é conhecido como a farofa de Exu.

2. METODOLOGIA: NAVALHAR PARA ANALISAR

Toma cuidado, nego
Eu vou dizer como é que é
Malandragem boa, é malandragem de mulher
(Ponto de Maria Navalha)



Fonte: Vivo Quadro

Conta a história que Maria Navalha, entidade das religiões de matrizes africanas, ficou conhecida por ser uma mulher de temperamento forte, com a malandragem estampada no rosto. Nascida na cidade do Rio de Janeiro, no bairro da Gamboa, sua história teve início quando o bairro ganhou sua primeira favela: Morro da Providência, no final do século XIX. Lá, nasceu e cresceu uma menina chamada Maria, a qual chamava atenção por sua postura determinada e valentia, precisando desde muito cedo se virar sozinha, pois perdeu os seus pais e foi morar na rua.

Uma menina abandonada não tem muita opção, e logo ela foi introduzida no mundo da “vida noturna” e da malandragem, onde teve famosos mestres e mestras que a iniciaram na vida noturna. Foi nas ruas, cabarés e bares que a jovem Maria construiu sua fama e adquiriu seu “apelido”. Contam que ela bebia como um marinheiro, fumava como um estivador e brigava como um leão de chácara, mas sem perder

a feminilidade. Capoeiristas famosos a respeitavam e tinha homem grande que tremia diante dela. Escondida no belo corpo sempre levava uma afiada navalha.

Com seu gênio briguento conseguiu muitos inimigos. Nenhum deles tinha coragem de enfrentá-la de frente, cara a cara.

Dona Maria Navalha ouviu muito os conselhos dos Exus, despachou nas escuras encruzilhadas do porto, fabricou talismãs e usou figas. Ensinou banhos e simpatias para as colegas de trabalho, ouviu problemas dos clientes e enxugou lágrimas de muitas vizinhas. Era uma alma generosa dentro do corpo de uma guerreira.

A primeira parte da vida desta mulher terminou numa noite sem Lua. Ao cruzar um beco foi surpreendida por trás e levou uma fatal facada de um inimigo. Morreu na rua onde viveu e trabalhou. Começava a segunda parte de sua vida. Faleceu a Maria mulher e nasceu a Maria entidade! Depois surgiram as lendas e muitas coisas foram ditas a respeito dela. Contam que foi amante de Zé Pelintra e até que o matou! Que ela teve trinta e três maridos, amantes estrangeiros etc. Dona Maria Navalha entrou para a história e virou mito. O certo é que depois de morta ficou mais viva que nunca (Pellizari, 2011).

Entendo esse sentido da *malandragem* como uma admiração pela liberdade, boemia e certa rebeldia, uma vez que essa mulher expressa o desejo por uma vida aventureira, sendo muitas vezes posta nesse “lugar” de mulher corrompida, desobediente. Na busca pelo significado de “boemia” encontro que se refere ao “modo de vida da pessoa que não segue regras, que é livre e gosta de se divertir e beber com amigos” (Dicio, 2023), assim como o significado de “malandragem” apresenta: “Comportamento próprio de malandro, de quem gosta de viver de modo boêmio, sem trabalhar; Modo de vida de quem prefere agir irresponsavelmente, sem preocupações, buscando diversão; Perspicácia e talento ao confrontar um inimigo ou adversário” (Dicio, 2023), sendo uma das palavras sinônimas à vagabundagem e vadiagem, esta última, já teve seu lugar no código penal brasileiro, no âmbito das contravenções penais: pessoa que leva a vida ociosa e não tem trabalho. A malandragem então carrega essa ambiguidade: ser sinônimo de vadiagem e vida na rua, mas também de inteligência e geralmente atribuída ao masculino.

As histórias contadas pelo povo de santo, entretanto, nos apresentam uma mulher que carrega a ambiguidade dessas forças. Maria Navalha é uma mulher que confronta as normas sociais que ditam como nós, mulheres dissidentes, devemos nos comportar perante à sociedade, taxadas pela maestria da esperteza, astúcia e sagacidade. As dificuldades da vida boemia na Lapa forçaram Maria a se defender através de uma navalha, reforçando sua descrição como uma mulher explosiva que não pensava duas vezes para entrar em uma briga.

É que eu nasci na rua
 E eu cresci na Lapa
 Trabalhei de bar em bar
 Nunca ganhei nada de graça
 Eu me chamo Maria Navalha
 Sou a mulher de Zé
 Mas tome cuidado comigo que meu coração é ponta do pé
 (Ponto de Maria Navalha)

Nossa existência lésbica perpassa relações de poder que exige andarmos com diversas navalhas para cortarmos o pano de fundo que sustenta as atrocidades praticadas contra nós. No rol dos estudos *macumbísticos*, a figura do malandro ou Zé Pelintra é mais popular que a de Maria Navalha e me utilizarei dela para afirmar seu lugar de transgressão, já que “só há adaptação transgressora se, no bolso ou por debaixo da saia, houver uma navalha bem guardada e pronta a ser usada a qualquer momento” (Haddock-Lobo, 2021, p. 15).

Sendo de posse da mulher, a navalha pode ainda mais do que poderia se apenas coubesse ao malandro. A mulher navalhadora é, também, é certo, a que carrega a arma por debaixo de suas vestimentas – é bom lembrar que Maria Navalha pode usar tanto saia quanto calça. Em suas mãos, a navalha é tanto a arma da luta que só é acionada em última instância (pois a malandragem ensina a recuar o máximo que puder deixar que o inimigo venha pra cima de você e nunca partir direto ao ataque), mas também é a operadora do renascimento (Haddock-Lobo, 2021, p. 18).

Assumir essas posições de mulheres livres, independentes e transgressoras constitui uma força imparável na sociedade contemporânea, desafiando normas e estereótipos que por muito tempo nos relegaram a papéis limitados. Lembramos, como afirmou Chimamanda Adichie (2019), que os estereótipos não são necessariamente errados, mas certamente são incompletos, pois fazem de um traço a determinação de uma pessoa, de uma nação. Somos agentes de mudança, construindo um mundo no qual a liberdade de escolha, a autonomia e a ousadia são pilares fundamentais, ainda que isso, por vezes, nos relacione a uma “má reputação”.

Na busca pela independência, conquistamos não apenas o controle sobre nossas vidas, esperando, assim, que nos tornemos modelos ou inspirações para as gerações futuras. Nossa recusa pelos padrões sociais arcaicos traz à tona a verdadeira diversidade e riqueza da experiência feminina, nos utilizando das *navalhas* para desafiar, desfilar e cortar o pano do patriarcado, do sexismo, da misoginia e da lesbofobia, rompendo com as amarras da submissão, reivindicando o direito de sermos vistas, ouvidas e respeitadas em todos os aspectos da vida.

O espírito destemido leva essas Marias insubordinadas a explorar territórios desconhecidos, a se aventurar em campos antes dominados por homens, a buscar novos horizontes e a desbravar fronteiras. Numa incorporação desse espírito às Marias Navalhas do dia a dia, somos empreendedoras, artistas, cientistas, políticas, ativistas e profissionais de diversas áreas, mostrando que os limites para nossas ambições, realizações e conquistas estão para além de qualquer força ou “superioridade” masculina.

Nesse momento gostaria de compartilhar o caminho pelo qual foi possível meu encontro com epistemologias sapatonas. O armário que guarda, ou melhor, aprisiona nossos afetos, desejos, vivências é trancado com tantos cadeados que o conhecimento acerca da existência dessas epistemologias contra-hegemônicas e insubmissas nos é afastado até o máximo possível. No momento da banca de qualificação do mestrado, a professora Érika Oliveira, sinalizou a importância em me apropriar do pensamento lésbico enquanto política analítica e de escrita, me deslocando das teorias feministas de gênero como única via possível. A professora Marília Silveira muito me motivou a embarcar nessa experiência. Desde então, também sendo apresentada a novas autoras. Com as palavras da escritora Elayne Baeta (2021), reafirmo minha posição de mulher lésbica em todos os espaços que ocupo, num ato político de sustentar que as pessoas me vejam nas salas de aula, nos corredores dos prédios onde trabalho que emanam a heterossexualidade e as masculinidades, nos ônibus, no *uber*, na academia, porque...

Eu sou lésbica o tempo todo. Quando deixo um rastro de gotas de água no chão enquanto procuro nua a toalha que eu esqueci, quando numa crise de ansiedade decido cortar o meu próprio cabelo, quando olho com desdém pros pelos que eu não quis cortar. Eu ainda sou lésbica quando não sou convidada. Quando falam de mim, bem ou mal, estão falando sobre uma mulher lésbica. Quando meus gemidos saem da minha boca, eles dançam lésbicos. Ainda lésbica quando erro. Especialmente quando erro. Lésbica quando minha camisa gruda em mim de tanto suor, seja por qual for o motivo. Eu sou lésbica o tempo todo. Eu giro lésbica pela festa. Eu bebo lésbica. Eu choro lésbica. Há dezenas de coisas que eu sou além de ser lésbica, há dezenas de coisas

que não sou por ser lésbica. As pessoas olham pra mim, alguns olhares eu sinto nos meus ossos. Alguns socos são palavras. Tem sangue que não dá pra ver. E ele escorre lésbico. Mas eu abotoei minha camisa suada, eu ergo uma cabeça pesada e eu tomo à força dezenas de coisas. Não há no mundo quem me impeça de ser lésbica o tempo todo. Eu levaria um tiro no peito, mas morreria lésbica. Ser lésbica é a única coisa que não pode ser arrancada de mim. Ser lésbica é a coisa mais bonita nos meus ossos. Eu significo dezenas de coisas. Quem me aplaude, aplaude uma mulher lésbica. Quem acredita em mim, acredita em uma mulher lésbica. Quem me respeita, respeita uma mulher lésbica. Quem torce por mim está gritando por uma mulher lésbica. Quem me dá a mão caminha com uma mulher lésbica. Quem me vê enxerga uma mulher lésbica. Eu estou aqui. Eu sou mais de uma. Somos muitas. Somos dezenas de coisas. Sobretudo, lésbicas. O... tempo... todo (Baeta, p. 37, 2021).

Já vi muitos médiuns homens cisheterossexuais dizerem *cruz-credo* sobre a ideia de incorporar uma pombagira, porque acham que vão ficar afeminados. Muitas vezes as pombagiras são taxadas de putas, assim como as mulheres carnais que são livres, bebem, fumam, gargalham alto e não se curvam aos olhares machistas/patriarcais... Ah, essas não prestam! A atribuição desses adjetivos faz com que muitas pessoas leigas considerem a figura da pombagira como “mulher do diabo” e nesse sentido, Cumino (2019, p. 48) nos diz que “o homem diminui a mulher com lendas que a condenaram como traidora, semente do mal, cobra, perversa, seu objetivo era controlar, domesticar, doutrinar por meio de textos dogmáticos de ordem machista, sexista e misógina”, a exemplo de Lilith, Hécate, Maria Madalena, Pombagira.

Tem homem que bate em mulher,
Mas também tem mulher que bate em homem
Salve a calunga pequena,
Maria Navalha é mulher-homem

(Trecho de ponto de Maria Navalha)

Trocarei a tesoura que Zuleide Paiva Silva e Rosângela Janja Costa Araújo (2021) utilizaram para rasgar o pano do patriarcado, pela navalha, com rasgos certos que aos poucos tornam visíveis os corpos femininos que amam, vibram, suam, arrepiam e celebram com outras mulheres, dissipando as amarras normativas, potencializando o exercício da cidadania e da liberdade como um ato de resistência.

Puxei uma conversa com algumas irmãs de santo, Telma Viera e Márcia Paes, para saber suas opiniões sobre essa caracterização da Maria Navalha, afinal é comum

dividirmos essas experiências e aprendizados. Ambas enxergam a Navalha como uma força feminina que quando estava em vida passou por muitos sofrimentos, aprendendo a se defender e a defender outras mulheres portando uma navalha, lutando contra as injustiças e opressões, sempre se apresentando de forma destemida e com “personalidade forte”. Saravá, Maria do Cais!

Com essa força, conecto a história de Maria Navalha à história do pensamento e do ativismo lésbico. Temos desempenhado um papel crucial no avanço da luta pelos direitos LGBTQIA+⁴, assim como uma produção de conhecimentos que inclui o aprofundamento de perspectivas teóricas, como o feminismo lésbico, a teoria *queer* e a interseccionalidade, desafiando narrativas dominantes sobre sexualidade e gênero, abrindo caminho para uma maior aceitação e compreensão de diversas identidades e experiências.

No rol das mulheres “rebeldes e insubmissas”, Sara Ahmed (2022) nos apresenta, a figura da feminista estraga-prazeres: a mulher que estraga a diversão dos demais, que é contra o *status quo*, causando um certo desconforto no ambiente, as “chatas” que gostam de polêmicas e contestam as regras. Sara Ahmed (2022) chama de feminista estraga-prazeres aquela que nomeia os processos de opressão, sentada à mesa com a família no domingo, na reunião da universidade, no evento científico, na reunião de trabalho e nomeia uma opressão. Neste momento ela se torna a que causou um problema, aquela que criou um caso. Mesmo que o problema ali nomeado tenha iniciado muito antes dela sentar-se à mesa.

Conforme vou escrevendo esse texto, me vem à tona as produções de Conceição Evaristo. Ainda que eu não tenha tantas aproximações quanto gostaria, penso que as escrevivências se tornariam uma interessante ferramenta metodológica, com muitas ressalvas: sou mulher, lésbica e apesar das condições inferiores que nos colocam frente à heterossexualidade compulsória, não posso me atrever a equiparar a subalternidade das minhas experiências com um corpo negro, suas escritas e vivências.

A respeito da identificação de leitores diversos com suas obras, Conceição Evaristo (2020) nos diz que muitos se identificam com suas escritas devido à criação de personagens em espaços de exclusão, o que acontece, por exemplo, com pessoas da comunidade LGBTQIA+. Não me cabe produzir conhecimento às custas de uma construção marcada pela negritude, distante de qualquer experiência que eu possa ter

⁴ Lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexo, assexuais e outras variações de identidade de gênero e orientação sexual.

vivido, porém destaco que tais escrituras estão situadas no percurso que venho percorrendo, no sentido de colocá-las como um recurso metodológico de escrita a partir da experiência da autora para “viabilizar narrativas que dizem respeito à experiência coletiva de mulheres” (Soares; Machado, 2017, p. 206).

Escrever significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas (Soares; Machado, 2017, p. 206).

Trago reflexões sobre as lesbianidades no Brasil, nossos modos de subjetivação, performances, a partir das narrativas de minha história e das histórias de outras mulheres que passaram por violências lesbofóbicas. Acredito nessa pesquisa como uma tentativa de “reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesmo e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia” (Anzaldúa, 1981/2000, p. 232).

Para mim, o processo de escrita não é consecutivo. Portanto, me permito ser afetada, respeitar meus limites e ousar refazer as palavras cruzadas que se mesclam conforme as novas leituras e análises. Alessandra é minha companheira de vida e me auxilia diariamente na construção dessas reflexões. As professoras Marília Silveira e Simone Hüning fazem parte de todo esse processo de (des)construção e me levam a um lugar até então desconhecido, me fazendo conhecer as minúcias que envolvem realizar pesquisas que vão contra as normas estabelecidas. Acredito que a troca de experiências e vivências têm sido minha principal aliada para pensar nossas potencialidades, enquanto mulheres que buscam repensar as práticas engessadas.

Em contato com Marília Silveira, escrevo que “fico um pouco insegura por não ter tantas referências” e recebo como resposta uma palavra de alento, como se todas nós estivéssemos de mãos dadas dizendo umas às outras: “vamos encontrando os caminhos”. Desse modo, apresento que as discussões que pretendo realizar encontram-se em uma construção coletiva sob as novas perspectivas.

Haddock-Lobo (2021, p. 24) nos fala sobre “navalhar os conceitos”, escrevendo sobre uma filosofia a “golpes de navalha”, que busca, sobretudo, “navalhar as teorias do conhecimento, navalhar os gêneros, navalhar os poderes. Com um só golpe”,

transformando nossas mãos em um “feixe de navalhas que, ao tocar as teclas do computador, *desconceitua, descaceta, despiroca tudo*” (p. 18).

Quando adolescente, lembro de escutar que eu deveria me casar com um homem rico para “não precisar cuidar de casa”, logo depois surgiu a premissa que só seria possível ter estabilidade financeira sendo concursada ou militar. Confesso que até o final do ensino médio não tinha muito apreço pelos estudos, queria apenas sentir a falsa liberdade dos 18 anos. Sempre tive certeza sobre cursar Psicologia e no decorrer da graduação pude me encantar com os debates, (des)construções, nas quais avistei o caminho que gostaria de seguir e cá estou eu nesse meio acadêmico, institucional, desafiador, revolucionário, e por vezes, violentador.

Por meio desses questionamentos e reflexões, também aposto nesta pesquisa como uma ferramenta política que me permite reivindicar, explorar, denunciar os pilares e padrões que moldaram um saber hegemônico que se propõe a não ser confrontado. Entre um cigarro e outro considero os pensamentos que ecoam em minha mente e relembro o quanto já me deparei com o sentimento de desalento, esmorecida na busca pela famigerada inspiração que detém as pesquisadoras e escritoras e pela força em confrontar diariamente a sociedade em que vivemos.

O pensamento lésbico enquanto uma “ginga epistemológica contra-hegemônica” é uma forma de resistência que confronta os fundamentos epistemológicos da ciência moderna, entendendo que no Brasil, os conhecimentos produzidos por mulheres lésbicas são periféricos, negados, portanto, esse “gingar” é uma blasfêmia à ciência androcêntrica, visibilizando outros corpos, vozes e produções de conhecimento (Silva; Araújo, 2021). Essa ginga do pensamento frustra quaisquer expectativas, libertando das celas epistemológicas, conforme nos ensinaram Zé Pelintra e Maria Navalha: “quando a rádio patrulha (que na maioria das vezes pode ser o discurso acadêmico, o purismo religioso, o burburinho decolonial) [chega], é hora de dar no pé!” (Haddock-Lobo, 2021, p. 22).

Se a rádio-patrulha chegasse aqui agora

Seria uma grande vitória

Ninguém poderia correr

Agora que eu quero ver

Quem é malandro não pode correr.

(Ponto de Zé Pelintra)

As muitas histórias que contam sobre seu Zé Pelintra dizem, sobretudo, acerca de um malandro, um homem da boemia, amante das noites e das mulheres. Situo que as referências que trago sobre seu Zé são estritamente cariocas, estando no berço da Lapa, nas rodas de samba do Rio de Janeiro, porém, reconhecendo também suas raízes em Pernambuco e Alagoas, iniciados nos terreiros de catimbó nordestinos.

Simas (2022) diz que com a migração dos nordestinos para a região sudeste, seu Zé precisou se transformar, se adaptar a uma nova circunstância que carregava consigo a mesma essência da malandragem: dinamismo, ressignificação, sobrevivência, renovação. Existe uma associação de Maria Navalha a certa masculinidade, em termos da forma como se apresenta, sua postura forte e destemida. Ora, se assim foi construída sua história, então dona Navalha é sua versão por si só, uma mulher que não pretende ter a masculinidade como um padrão, ainda que esta busque se desconstruir.

A pombagira é resultado do encontro entre a força vital do poder das ruas que se cruzam, presente no inquite dos bantos, e a trajetória performática de encantadas ou espírito de mulheres que viveram a rua de diversas maneiras (a corte das pombagiras é vastíssima), tiveram grandes amores e expressaram a energia vital através de uma sensualidade a florada e livre (Simas, 2022, p. 22).

Essa mulher que se expressa através de uma liberdade dos corpos subverte os padrões. Mulheres subversivas são aquelas que desafiam ativamente as normas sociais, políticas, culturais ou de gênero estabelecidas, muitas vezes em busca de justiça social, igualdade e liberdade e se destacam por sua resistência às estruturas de poder e por seu compromisso com a mudança social.

Nesse sentido de contrariar padrões e normas, percebo ser um equívoco compararmos corpos lésbicos fora de um padrão feminilizado à masculinidade. O patriarcado e a dominação masculina fortalecem o poder aos homens a partir de um (c)istema exercido predominantemente por eles, em detrimento das mulheres e outros grupos, estabelecendo e reforçando relações de dominação e subordinação que desarticulam o estigma de que mulheres lésbicas que não performam a feminilidade imposta desejam se tornar homens. Não pretendemos nos tornar homens, entendendo esta construção patriarcal e sobre as masculinidades como um marcador de violências e opressões que nos subalterniza. A liberdade sobre nossos corpos e desejos se alia a

construção das forças exaladas pelas pombagiras e Marias Navalhas. *Arreda homem, que aí vem mulher!*

A energia pulsante das entidades cruzadas, como se o domínio delas já não fosse as encruzilhadas, é libertadora, mas nunca descontrolada. Ela é sempre controlada pela própria potência do poder feminino e se manifesta em uma marcante característica da entidade: a pombagira é senhora dos seus desejos e manifesta isso em uma corporeidade gingada, sedutora, sincopada, desafiadora do padrão normativo (Simas, 2022, p.22).

A navalha, dentro dos cultos de matrizes africanas, é também o objeto do renascimento e da cura. Enquanto instrumento de corte, sua engenharia para funcionar envolve deixá-la afiada o suficiente para que possa continuar cortando, evitando deixá-la cega. No nosso cotidiano precisamos estar sempre amolando a navalha, contrapondo argumentos, resistindo frente ao sexismo, machismo, patriarcado e todos esses (c)istemas que enaltecem o poder masculino. Maria Navalha, mulher sagaz e astuta, é que é esperta! Coloca no bolso da calça ou por baixo das saias sua ferramenta.

As incisões (*gbéré*) feitas pela navalha servem como canais condutores entre o axé do orixá/nkisi e o corpo da pessoa iniciada no candomblé, dissipando as energias negativas, fechando o corpo em um ato de defesa contra maldades e feitiços (Odé Kileuy;

Vera de Oxaguiã, 2009). Cada incisão é uma narrativa espiritual, um diálogo entre a/o iniciada/o e os orixás/nkisis. O ritual das incisões é guiado pela sabedoria dos mais velhos. Assim, as marcas tornam-se uma expressão única da conexão entre o terreno e o divino.

Essas incisões não são apenas cortes na carne, mas portais para a energia vital e curativa que flui dos orixás/nkisis. Cada ponto é uma abertura espiritual, uma entrada para a influência positiva das divindades que orientam a jornada da/o iniciada/o. É como se, ao serem traçadas, as linhas sagradas criassem canais de comunicação direta com o mundo espiritual.

A iniciação no Candomblé é mais do que um rito de passagem; é uma jornada espiritual profunda que conecta o terreno ao divino. A iniciação no Candomblé não é apenas um ritual; é uma transformação, uma reintegração com as raízes ancestrais e um compromisso com a tradição. Cada passo nessa jornada é guiado pela consciência do sagrado, e a iniciação não é apenas um evento singular, mas o início de uma vida vivida em sintonia com os ritmos do divino.

Raspar a cabeça no Candomblé é um ato simbólico e sagrado que transcende a mera estética, representando uma profunda transformação espiritual, um momento de purificação um compromisso com os preceitos da religião. Ao entregar-se ao processo de raspagem da cabeça, a/o praticante demonstra disposição para renunciar a padrões estabelecidos pela sociedade e abre-se para uma conexão mais íntima com o divino. A remoção dos cabelos, que muitas vezes são considerados símbolos de vaidade e individualidade, é uma expressão de humildade e submissão aos ensinamentos do Candomblé (Odé Kileuy; Vera de Oxaguiã, 2009).

A navalha é utilizada nesse ritual de iniciação, bem como no momento de falecimento da pessoa, salvo em casos onde a divindade não aceite (Naná, por exemplo, não aceita elementos de ferro ou aço em suas obrigações). Portanto, a navalha também se caracteriza como ferramenta do renascimento (Odé Kileuy; Vera de Oxaguiã, 2009).

Além disso, a raspagem da cabeça é um símbolo de pertencimento à comunidade religiosa. O cabelo raspado é muitas vezes substituído por um turbante ou lenço, indicando que a/o iniciada/o faz parte de uma tradição específica dentro do Candomblé. Essa mudança na aparência é uma forma de identificação e expressão de lealdade ao axé, a energia vital que permeia o sagrado.

Em última análise, raspar a cabeça no Candomblé é uma celebração de renascimento espiritual, um compromisso profundo com os princípios da tradição e uma entrega ao poder transcendental dos orixás. Este ato simbólico não apenas transforma a aparência física, mas também abre as portas para uma nova compreensão da espiritualidade, conectando o iniciado com a rica tapeçaria de saberes e rituais que caracterizam o Candomblé.

Portanto, nossas navalhas passam a ser afiadas a partir das experiências que marginalizam e oprimem nossa identidade lésbica, devendo fortalecer nossa comunidade contra o silenciamento e apagamento que historicamente fomos postas (Adrienne Rich, 2010), ressaltando nossa ignorância em apreender que a mistura entre Exu, Aluvaiá e Pombogira e a possibilidade de sermos donas da nossa sexualidade, controlando nossos corpos no aparente descontrole, são uma carga muito grande para os critérios normativos da sociedade (Simas, 2022).

Pode me chamar de covarde
Mas não abandono essa mulher

Isso não é mulher
 É uma tentação
 Ela joga baralho
 Ela puxa a navalha
 Risca a faca no chão
 (Ponto de Maria Navalha)

A força da mulher exalada pela pombagira e tantas outras entidades femininas, ao passo em que são colocadas como divindades fortes, corajosas, selvagens, guerreiras, por vezes são reduzidas à mulher do outro (Cumino, 2019). É aí que iremos *despirocar* tudo no mesmo tom das gargalhadas das pombagiras, dos gingados e balancês da Dona Navalha, rompendo com a subordinação imposta e entendendo que Exu está para Pombagira, assim como Pombagira está para Exu, em uma relação de alteridade, horizontal, buscando ressignificar não só todo o imaginário em torno da figura da pombagira, reconhecendo toda a demonização e exclusão que perpassou suas histórias, como sobre nossos corpos lésbicos dos quais, foram ateados às fogueiras (essas aqui dizem respeito às tantas violências que buscam aniquilar nossas identidades e subjetividades, e que tal fato não exclui a fogueira em seu sentido literal). Se a Pombagira é mulher de sete maridos, é porque ela quer ser!

Pombagira é mulher de 7 maridos
 Não mexa com ela
 Ela é um perigo
 (Ponto de Pombagira)

Nossos corpos, nossa existência lésbica e macumbeira perpassa todas as relações, perturbando e incomodando onde passa, causando às vezes medo, às vezes ódio. O que nos obriga, na gira de uma existência malandra, a andar com uma navalha afiada por debaixo da roupa, para quando não conseguimos escapar.

A depender da frequência em que precisamos estar prontas para navalhar na universidade e na ciência, o fio da navalha vai perdendo seu aspecto cortante, precisando vez ou outra ser amolado para que possa continuar sua função. Uma vez que percebemos o sangramento que esses espaços produzem sobre nossas existências, cicatrizar as feridas

pode não ser um processo tão fácil de superar. Os olhares, as opressões e violências que acontecem nos atinge em diferentes proporções, podendo ser desde aquele cortezinho provocado ao folharmos páginas de um livro até a dor aguda de quando nossos pais colocavam *merthiolate* nos machucados.

No primeiro movimento a ferida é aberta. Nosso sangue jorra junto com as angústias provocadas pelo saber hegemônico, cisheteropatriarcal. Somos colocadas à prova, duvidaram da nossa capacidade de produzir conhecimentos. As paredes de uma universidade inteira ficaram manchadas de sangue. Porque a todo momento a universidade valida uma ciência produzida em moldes que violam nossa existência. Maria de repente escuta: “você passou na seleção com um professor que reprova a maioria dos projetos”. Talvez Maria demore a perceber que isso não era um elogio. Talvez Maria demore a perceber a perversidade escondida na hierarquia entre professor-aluna.

O segundo movimento acontece quando o sangue estanca e a pele da ferida começa a se regenerar. Ainda que as cicatrizes permaneçam, a cura é um processo, a existência e o texto também. Navalhar a experiência implica em nos reerguer e cuidar dessas dores coletivamente. Conhecer e aprimorar formas de produção de saberes, insistir nas potências existentes em nossos corpos lésbicos, enquanto pesquisadoras e cientistas.

Quando criança, era enfeitada como boneca: usava vestidos, penteados e era incentivada a brincar de casinha, usar maquiagem e coisas que uma menina “deveria gostar”. Lembro que uma vez ganhei de presente um diário, daqueles que vem com cadeado e você precisa guardá-lo à sete chaves. Nunca fui muito adepta de utilizar, pois desde cedo eu me percebia diferente das outras meninas e com isso, sentia que não poderia colocar em risco alguns segredos. Hoje, aos 30 anos e estando (ou pelo menos tentando), estar livre desses padrões de gênero, compreendo o diário como um aliado nesse processo de identificação e libertação destas questões. Portanto, escrevo este texto também entremeadado de páginas de um diário, de relatos de sentimentos e acontecimentos que fazem parte da minha construção pessoal e profissional, ficcionalizado na personagem de Maria, dando a ela um caráter e uma história coletiva.

Desde os anos 1970 cientistas feministas discutirem epistemologias situadas e do pensamento científico abriu algum espaço para tais epistemologias, talvez pelas navalhadas das próprias cientistas. Ainda assim, volta e meia trazer o pessoal para o texto acadêmico produz problemas. Volta e meia nos deparamos com algum tipo de violência sobre nossas proposições acadêmicas. A metáfora tradicional para a produção do conhecimento segundo Bachelard (1972) é a da ruptura, do corte. A caneta, o lápis, o

teclado com o qual escrevemos funciona como essa navalha com a qual cortamos e separamos o conhecimento da experiência, a razão da emoção. Caso essa separação não seja feita, mais uma vez poderemos causar problemas.

No texto acadêmico hegemônico somos convidadas a realizar um processo de purificação, sob ameaça de ter nosso saber invalidado no campo científico. Tal processo retira a história que compõe a produção desse conhecimento. Somos convidadas a cortar o que é pessoal, a retirar a experiência do texto. Muitas vezes nesse processo de corte percebemos o nosso próprio viço também ser cortado. “Eu gostava de escrever antes de entrar na universidade”, “eu escrevia diários, contos” ouvimos pelos corredores da universidade. A poética cindida, deixada de fora, excluída da produção do conhecimento. “A separação e o corte são as metáforas por excelência deste modo de conhecer, é preciso separar sujeito de objeto, razão de sensibilidade, ciência de política, conhecimento científico de literatura” (Moraes; Tsallis, 2016, p.41).

Diante de nós, repousa uma faca, instrumento que traz consigo as cicatrizes de uma história manchada pelo colonialismo. Esta arma branca, outrora uma ferramenta primitiva para cortar, assumiu uma nova identidade ao longo dos séculos, transformando-se em um símbolo de violência que rasga as fibras da dignidade.

Cada entalhe na lâmina conta a história de povos subalternos, de terras usurpadas e identidades esfaceladas. A faca, uma vez usada para desbravar fronteiras geográficas, tornou-se uma arma branca que, de maneira metafórica, desbrava fronteiras culturais, ferindo a integridade das comunidades que ousavam resistir. O cabo, esculpido em madeira exótica, carrega em sua textura a memória das violências praticadas contra esses povos. Cada vez que esse cabo é empunhado, é como se relembresse as inúmeras narrativas silenciadas pela força opressora.

Nos encontramos numa encruzilhada da existência, com a faca no pescoço, uma ameaça que paira sobre nossa integridade física e emocional. Cada movimento é cauteloso, como se o fio da lâmina estivesse afiado na faca que nos pressiona. A angústia é palpável, o medo sussurrando insidiosamente em nossos ouvidos. A faca, portanto, é a arma branca que aniquila nossas subjetividades, o que significa que ela também pode ser o discurso acadêmico hegemônico, as relações institucionais que demarcam e reforçam as posições de poder.

Nesse jogo a navalha passou a representar nosso instrumento de defesa. Maria Navalha, que outrora recebeu uma facada pelas costas, nos ensina a manusear a navalha em movimentos que tentam extinguir as traições. A navalha, com sua lâmina afiada, é

mais do que um simples objeto cortante; em momentos de confronto, ela se ergue como um escudo, uma barreira impenetrável que nos protege contra os golpes de injustiça. A lâmina, meticulosamente manuseada, é a guardiã que traça linhas invisíveis ao nosso redor, demarcando nosso espaço e defendendo nossa integridade.

Entretanto, a navalha não é apenas um instrumento de resistência; é também a artista que dá o acabamento, refinando os contornos da nossa jornada. Com destreza, ela esculpe as arestas ásperas, revelando a beleza oculta que reside em cada cicatriz adquirida nas batalhas travadas. Cada corte é uma expressão da nossa força, uma obra-prima que testemunha nossa capacidade de transcender desafios.

À medida que a navalha opera, ela não apenas corta, mas também transforma. Os gestos precisos delineiam uma narrativa de subversão, no qual as feridas se tornam símbolos de resistência e as cicatrizes, testemunhas silenciosas da nossa capacidade de cura.

Por isso compreendemos que o corte em si não é necessariamente o problema. Sem perder a lâmina, afiamos com Gloria Anzaldúa (2021) as navalhas de nossas canetas, nos permitindo sangrar em textos a nossa própria experiência. Como navalha na carne vamos retomar essa ideia do corte epistemológico com a intenção não ingênua de criar caso e contar histórias com as opressões vividas por nós. Tudo devidamente assegurado pela ficção de nossas experiências, com a intenção não ingênua de evitar ameaças e problemas jurídicos. Por isso Maria é uma personagem múltipla nesta dissertação. Maria é a personagem que atualiza as experiências, Maria sou eu, Maria é você, lésbica que me lê, Maria é todas nós e não é nenhuma de nós. Maria pega a navalha emprestada para olhar de perto o que se faz por aí com nossas corpos lésbicas.

3. LESBIANIDADES

As perspectivas contemporâneas sobre as mulheres lésbicas e o pensamento lésbico continuam a expandir, muitas vezes a navalhadas. Atualmente podemos falar sobre uma maior “abertura” a promover o estudo e a compreensão das experiências e perspectivas lésbicas. Estas iniciativas criam espaços de diálogo, ativismo e educação, promovendo maior visibilidade, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e equitativa, que valoriza e celebra nossas expressões e vivências.

Refletir sobre a construção social dos padrões de gênero e feminilidades implica reconhecermos seu caráter histórico e cultural, produtos da sociedade que não são inerentes ou biologicamente determinados. Nossa socialização é baseada em expectativas criadas em cima do sexo biológico, no qual o “rosa x azul” separa os papéis de gênero específicos. Normas culturais, tradições, valores e crenças influenciam o que é considerado “adequado” ou “desejável” para cada gênero, assim como a mídia e algumas tradições religiosas. Da mesma maneira em que a economia e o capitalismo reforçam os desafios encontrados para a nossa inserção em lugares de poder diante da subordinação frente à dominação masculina. Há que se considerar que a diferença sexual está frequentemente relacionada a diferenças materiais, entretanto, esse sistema está simultaneamente marcado por práticas discursivas (Butler, 1993/2019).

A mídia desempenha um papel significativo na construção da feminilidade, e as lesbianidades muitas vezes são retratadas de maneira estereotipada ou fetichizada. A representação das lesbianidades na mídia muitas vezes se baseia em fantasias masculinas e desconsidera a realidade complexa das experiências lésbicas (Rich, 2010). Quando falamos sobre as lesbianidades, a performatividade de gênero desempenha um papel importante nas experiências e expressões individuais, ainda que a existência lésbica não se resume a esse aspecto. Cada uma de nós manifestamos nossa identidade lésbica, para além de características estéticas. Algumas mulheres lésbicas podem adotar características ou comportamentos estereotipicamente associados ao feminino, enquanto outras podem se expressar de maneiras não conformistas ou desafiar as normas de gênero de maneira mais ampla. No entanto, é importante ressaltar que não há uma única maneira correta de ser lésbica, e cada pessoa tem o direito de se expressar como desejar, independentemente das normas de gênero.

Ao desafiar as expectativas de gênero e viver nossas vidas autenticamente, contribuimos para a desconstrução de padrões opressivos e criamos espaços mais inclusivos e diversos. Assim, as lesbianidades e a performatividade de gênero são conceitos interligados. A vivência da lesbianidade é plural e singular, coletiva e pessoal, embora devamos reconhecer a pauta da solidão lésbica. Este fenômeno não muito discutido, nem nomeado, pode nos colocar à margem das nossas próprias vivências, uma vez que desde muito cedo aprendemos que determinados sentimentos e comportamentos são proibidos e não devem ser nomeados. O silenciamento é aprendido como ferramenta de sobrevivência e o que poderia ser uma comunidade que produz o fortalecimento de

vínculos, muitas vezes se resume apenas à uma relação de companheirismo, confiança e amizade com a própria parceira/namorada/companheira.

Esperam que sejamos dóceis, amáveis e quando deixamos de ser, nos chamam putas, loucas, estúpidas e demais adjetivos contrários ao “bela, recatada e do lar”. Destaco que isso não significa que mulheres não possam ser agressivas ou violentas, longe disso! Precisamos também desromantizar esse imaginário de que a relação amorosa entre duas mulheres envolve uma compreensão mútua que foge a qualquer possibilidade de agressão sob a justificativa de que “duas mulheres se entendem”. O fato de ser lésbica não isenta a pessoa de estar submetida aos processos subjetivos que estruturam nossa sociedade e a reproduzir comportamentos e pensamentos machistas, misóginos, homofóbicos, racistas, capacitistas. O estereótipo normativo do amor romântico, do casamento monogâmico, da constituição de uma família também está no horizonte de muitas relações lésbicas, pois são valores com os quais nos subjetivamos desde que nascemos. Ser lésbica não significa, por si só, ser dissidente ou insubmissa, neste trabalho, entretanto, darei um enfoque particular às figuras femininas indisciplinadas e questionadoras.

A afirmação do lugar de mulher lésbica parece ser marcada por tantos obstáculos que apenas compactuam com a norma social do que é aceito. Sinto que o termo “lésbica” por si só, provoca um choque, um impacto que muitas vezes nos coloca em uma posição incômoda. Tenho refletido sobre as mulheres ao meu redor e percebo que poucas ou nenhuma se identifica como tal. Será “mais aceitável” não se colocar em uma definição tão singular? Mesmo que esteja dentro da comunidade LGBTQIA+, torna-se desafiador fazer parte de uma categoria que provoca “exclusão dentro da exclusão”.

As tentativas de aniquilamento das nossas subjetividades foram muito naturalizadas socialmente, apontando para práticas de anulação na pluralidade de ser e existir, referindo-se a um processo de destruição (Conselho Federal de Psicologia, 2019). Situo que o livro “Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs”, ao qual me refiro enquanto documento organizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), retrata os sofrimentos ético-políticos e os processos de resistência resultantes das violências, injustiça e exclusão.

Adrienne Rich (2010) explorou a ideia de que a heterossexualidade é socialmente imposta e que as mulheres são socializadas desde cedo para se conformarem às expectativas heterossexuais da sociedade patriarcal. O "*continuum lésbico*" é uma parte importante da argumentação de Rich (2010) trazendo a ideia de que a sexualidade das mulheres não deve ser vista apenas em termos de uma dicotomia rígida entre

heterossexualidade e homossexualidade. Em vez disso, cabe refletir que existe um espectro ou *continuum* de experiências e conexões emocionais entre mulheres que não se encaixam nas estruturas normativas da heterossexualidade compulsória.

Rich (2010) sugere que as mulheres têm a capacidade de experimentar uma gama de relacionamentos íntimos e afetivos com outras mulheres que podem não se enquadrar na definição estrita de lesbianidade. Essas conexões podem variar em intensidade e natureza, mas todas representam uma forma de resistência à heterossexualidade compulsória, reconhecendo a importância de valorizar essas experiências e conexões entre mulheres, bem como de desafiar a ideia de que a heterossexualidade é a única opção válida. Ela argumenta que, ao reconhecer a existência desse *continuum*, as mulheres podem começar a se libertar das normas sociais opressivas que limitam sua sexualidade e relacionamentos, fazendo um apelo para que as mulheres se conscientizem de suas próprias experiências e desejos, independentemente das expectativas da sociedade, e trabalhem para criar uma cultura mais inclusiva e aberta em relação à diversidade de experiências lésbicas e femininas.

Nesse sentido, a heterossexualidade compulsória escora sua manutenção através do apagamento do amor entre mulheres como uma realidade. Andar de mãos dadas, ser mulher e beijar outra mulher em via pública, visibilizar nossos afetos onde não é esperado é algo que perturba o (c)istema. É um verdadeiro horror para alguns homens pensar na possibilidade de não dependermos mais deles.

Numa sociedade em que demanda de mulheres a dedicação, unilateral, de amor aos homens – nós *lésbicas* nos situamos duplamente subversivas: primeiro, por rompermos com a obrigatoriedade de dedicar nosso amor a *eles*; e, segundo, por sustentarmos a ideia de que nós mulheres podemos (e merecemos) ser amadas por outras mulheres (Raíssa Éris Grimm Cabral, 2019, p.33).

A relação entre o patriarcado e a existência lésbica é complexa e multifacetada. O patriarcado se refere a um sistema social, cultural e político em que o poder e a autoridade são predominantemente mantidos por homens, enquanto as mulheres são subordinadas em muitos aspectos da vida. A existência lésbica desafia as normas heteronormativas e patriarcais, uma vez que envolve relacionamentos e atrações românticas/sexuais entre mulheres. Essa interconexão ocorre a partir de aspectos que coincidem com a invisibilidade e o silenciamento, uma vez que a sociedade desconsidera e/ou silencia

nossas vozes e vivências, pautado na heterossexualidade compulsória que nos pressiona à conformidade das normas sociais, negando nossas identidades.

As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua “inclusão” como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez. Parte da história da existência lésbica está obviamente, a ser encontrada em contextos onde as próprias lésbicas, na ausência de uma comunidade feminina coerente, têm compartilhado um tipo de vida social e de causa comum com homens homossexuais. [...] Percebo a experiência lésbica a ser, tal como a maternidade, uma experiência profundamente feminina, com opressões, significados e potencialidades particulares, que não podemos compreender quando nós a agrupamos simplesmente com outras existências sexualmente estigmatizadas (Rich, 2010, p.36-37).

Ainda que de forma tímida, as lesbianidades têm sido um tema de interesse e discussão tanto no discurso acadêmico quanto no popular. Apesar dos progressos alcançados no sentido de uma maior aceitação e reconhecimento, ainda há muito a ser explorado e compreendido sobre a diversidade e complexidade das nossas identidades na sociedade patriarcal e sexista em que vivemos. As identidades lésbicas são moldadas por uma infinidade de fatores, incluindo raça, etnia, classe, religião e deficiência. A interseccionalidade destas identidades pode resultar em experiências e desafios únicos para cada uma de nós. Por exemplo, uma mulher lésbica que também é negra pode enfrentar discriminação e preconceito com base tanto na sua orientação sexual como na sua raça. Além disso, as identidades lésbicas não estão limitadas a uma compreensão binária de gênero e sexualidade.

A teoria feminista desempenhou um papel significativo na formação do pensamento e da expressão lésbica – lesbofeminismos (Silva; Araújo, 2021). Muitos indivíduos e comunidades lésbicas criticaram as feminilidades normativas e abraçaram expressões alternativas de feminilidade que desafiam os papéis e expectativas tradicionais de gênero. Estas expressões alternativas de feminilidade podem incluir a rejeição dos padrões tradicionais de beleza ou a adoção de traços não-feminilizados. A intersecção entre gênero, sexualidade e poder é também uma consideração fundamental nas relações e comunidades lésbicas, uma vez que podemos experimentar opressões e violências em nossos relacionamentos, como os enfrentamentos diários da discriminação e marginalização na sociedade em geral.

Apesar dos progressos alcançados no sentido de uma maior aceitação e reconhecimento das identidades lésbicas, ainda existem desafios significativos que precisamos combater. O estigma e a discriminação contra identidades e relacionamentos lésbicos podem resultar em isolamento e exclusão social. Além disso, a falta de visibilidade e representação das identidades lésbicas na sociedade dominante pode contribuir para a invisibilidade e apagamento das nossas vivências. Contudo, também existem oportunidades para a criação de comunidades inclusivas e de apoio entre nós. Penso essas comunidades como espaços de conexão com outras mulheres que partilham experiências e identidades semelhantes, galgando a ideia das redes de afeto e amor entre nós, sendo um ato político revolucionário (bell hooks, 2021).

Ser sapatão é mais do que nos vincularmos na cama: é também sobre nossos vínculos de amizade, sobre tecer redes de convivência, apoio e cuidado onde nos priorizamos, frente a um mundo no qual toda nossa prioridade afetiva supostamente deveria se voltar aos homens. Neste sentido, trata-se de um processo extremamente *feminista*, que toma as alianças (afetivas e políticas) entre mulheres como centro, enquanto forma de resistir contra o patriarcado (Raíssa Éris Grimm Cabral, 2019, p. 33).

Explorar as identidades lésbicas requer uma compreensão da diversidade e complexidade que as compõem, bem como dos desafios e oportunidades. Ao reconhecer a interseccionalidade das identidades lésbicas com outras identidades sociais, abraçando expressões alternativas de feminilidade e tecendo redes de amor e afeto, podemos trabalhar no sentido de um maior reconhecimento e visibilidade.

A compreensão e a aceitação das diversas formas de expressão das sexualidades têm sido temas cruciais nas lutas por direitos e igualdade. Entre essas formas, as lesbianidades têm sido objeto de estudo e reflexão, nos permitindo discutir, inclusive, sob o viés da construção da feminilidade. A relação entre as lesbianidades e a construção da feminilidade, perpassa perspectivas culturais e sociais, que as influenciam diretamente. Butler (2003) nos diz que a sexualidade é um fenômeno culturalmente construído, e as lesbianidades são tanto uma forma de resistência quanto de submissão às normas de gênero impostas pela sociedade.

Nesse contexto de violências, passamos a identificar, questionar e nomear os silenciamentos e as tentativas de aniquilamento de nossos corpos lésbicos. Compreendemos as lesbianidades como “uma estratégia de libertação das mulheres, que vai contra o patriarcado” (Torres; Pedroso, 2020, p.5). A violência institucional contra

mulheres lésbicas é uma realidade, como tecem Izabela Assis Rocha et al. (2021). As autoras afirmam que no espaço acadêmico a violência é simbólica, mediante comentários e olhares dirigidos a nós.

O silenciamento é a estratégia para evitar o confronto direto, disfarçado sob a justificativa que perpassa relações de poder e validam essa produção de conhecimento alicerçada pela figura do homem, branco, cis, heterossexual, afinal, “melhor ficar quieta, como irei contrapor o que professor doutor está falando?”. Os caminhos que corroboram e tornam verdades absolutas esse fazer hegemônico contrastam com outras possibilidades de vivências e existências. Nós temos medo, mas já sabemos que o silêncio não nos protege. Nestes cenários é necessário retomar a história, tecer alianças na direção de um movimento que subverta a lógica de dominação e subordinação ao qual fomos inseridas.

Ainda que desde a graduação Maria participasse de pesquisas no campo do gênero e sexualidade, colocar suas experiências no texto acadêmico era algo impensável, ouvia seu professor indignado dizendo: “isso não é científico”, “isso é subjetivo demais”. Voltamos ao texto de Donna Haraway quando ela afirma que os cientistas “contam fábulas sobre a objetividade e o método científico para estudantes nos primeiros anos de iniciação, mas nenhum praticante das altas artes científicas jamais seria apanhado pondo em prática as versões dos manuais” (Haraway, 1995, p.9). No sentido que aponta Haraway, toda a pesquisa é situada, mas a história e as conexões que fizeram essa pesquisa existir nem sempre são evidenciadas. A objetividade científica moderna trata de deixar a experiência de construção do conhecimento de fora para tornar o conhecimento generalizável.

O percurso do mestrado me promoveu uma “redescoberta” lésbica em vários contextos e espaços. Certo dia, durante o estágio em docência, eu seria a responsável por ministrar uma aula a respeito das lesbianidades e ao mesmo tempo em que isso poderia parecer aparentemente fácil, fui tomada pelo medo de ser incompreendida. Me dirijo ao professor Dr. Marcos Mesquita (professor responsável pelo estágio) e pergunto se teria algum problema em me colocar como uma mulher lésbica naquele espaço institucional: “Claro que não, desde que você se sinta confortável para isso!”. Na sala, havia em torno de vinte e poucas alunas, um homem cis e um homem trans. Em resumo, a aula foi extremamente fluída e muito participativa, no qual ao final fui surpreendida com a fala de algumas alunas sobre a importância de se discutir a temática, pois também eram lésbicas ou conviviam com mulheres lésbicas e não se sentiam confortáveis para falar abertamente sobre o assunto.

O ato político que nossa presença nas universidades assume deve servir também para romper com o comodismo das grades curriculares, ao menos para chacoalhar e provocar a academia, visibilizando outros corpos e saberes, remendando os cortes e feridas abertas, aprendendo a utilizar nossas navalhas como companheiras de luta e poder contra o patriarcado, machismo, sexismo e o sistema heteronormativo.

Visto que a universidade e o trabalho, por exemplo, são instituições que compõem a sociedade e reproduzem violências físicas e simbólicas, tal como em outros espaços sociais, torna-se imprescindível discutirmos sobre como esses socos, chutes, xingamentos nos perfuram, rasgam e dilaceram nossos corpos, identidades e subjetividades.

Escrever sobre o “lugar” da dor é tenebroso, fulminante. Ainda que eu nunca tenha sofrido esses tipos de violências físicas, não irei reduzir a dor das violências disfarçadas entre palavras, interrupções, desvalorização, agressões verbais. “Eu sou lésbica o tempo todo” e como num movimento de ginga, esse corpo parece implodir tentando desviar dos espinhos lançados. “Não obtivemos respostas”, “Laudos inconclusivos”, “Agressores respondem em liberdade”. Ainda que desde muito cedo sejamos forçadas a sentirmos na pele, no corpo a solidão de ser uma mulher lésbica, tais vivências despertam raiva, tristeza, angústia ao ver “as nossas” em manchetes com violências e impunidade escancaradas e isso me faz perguntar: como nos percebemos como alvo de processos discriminatórios nos espaços em que ocupamos?

A mulher desempenha um papel na sociedade que é uma construção social do feminino, exigida nos comportamentos, vestuários e condução estética. Toda e qualquer mulher que não se encaixe neste conceito particular de imagem, construída a partir de concepções limitantes e replicadoras, foge do padrão feminino aceitável na sociedade patriarcal (Bernardino; Sampaio, 2021, p. 94).

Mulher lésbica/sapatão e macumbeira. Existe uma “permissão” em assim nomear alguém quando esta assim se identifica, como uma forma de retirar o sentido pejorativo das palavras, assumindo a materialidade do gênero. Essa performatividade, conforme Butler nos diz, remete à

força política da citação descontextualizada de um insulto homofóbico e da inversão das posições de enunciação hegemônicas que este provoca. Dessa maneira, por exemplo, ‘sapatona’ passa de um insulto pronunciado pelos sujeitos heterossexuais para marcar as lésbicas como “abjetas”, para se transformar, posteriormente, em uma

autodenominação contestadora e produtiva de “corpos abjetos” que, pela primeira vez, tomam a palavra e reclamam sua própria identidade.” (Preciado, 2017, p.28).

Trata-se de avaliarmos nessas estratégias de subversão da lógica dominante que busca a todo momento ameaçar e subalternizar nossas identidades. Diante de todo o cenário marcado pelas relações de gênero, sexualidades e contextos institucionais, ao acrescentar a discussão sobre a diversidade sexual, mais especificamente sobre mulheres lésbicas, torna-se possível visualizar, ainda mais, as práticas discriminatórias que moldam tais contextos.

Quando passei a constatar nossa sexualidade enquanto ato político, percebi que precisaria encontrar estratégias para driblar o preconceito e discriminação presentes. Por muito tempo o silenciamento foi uma delas: ficava preocupada quando se aproximavam as confraternizações no trabalho, pois como eualaria que não iria acompanhada de um homem e sim, de uma mulher? O silêncio e os olhares me deixavam desconcertadas, e ainda assim demorou bastante tempo para que tivesse noção desse impacto.

O relato que expus não é uma sentença sobre “sair do armário”. Entendo que cada uma vivencia esse processo de forma particular, mas que também repercute sobre o coletivo. Pode ser que você não concorde comigo e decida por não compartilhar suas particularidades com o público – até porque não é fácil – mas precisamos pensar nas articulações que fomentam uma subversão da hegemonia de gênero e da heteronormatividade.

Os efeitos provocados em nós e as tentativas de aniquilamento das nossas identidades em contextos institucionais dizem respeito à marcadores políticos, econômicos, sexuais e sociais, uma vez que engloba gênero, orientação sexual, movimentos sociais advindos da luta pela visibilidade e garantia de direitos, diante de um cenário político que estava a subverter a democracia através do pronunciamento aberto de líderes governamentais que impediam a consolidação de direitos humanos, compactuando com a exclusão e desigualdade social.

O teor social atribuído à construção do gênero permite reconhecer seu caráter mutável, em constante processo de construção e desconstrução, que todavia, enfrenta os padrões da sociedade ocidental em uma condição heterossexual regulamentadora de corpos e suas “normalidades” (Butler, 2003). Concomitantemente, o impacto das transformações políticas e econômicas acabam por comprometer grupos e pessoas

divergentes das “qualidades sociais”, para além das técnicas exigidas, retrocedendo em termos de lutas e movimentos sociais (Juliani; Scopinho, 2020).

Assim, as implicações psicopolíticas que decorrem do processo de inclusão social das mulheres com sexualidades dissidentes, podem resultar em diversas formas de sofrimento frente às exigências de “passabilidade” - *passar por* – (nesse caso, passar por heterossexual e performar a feminilidade construída socialmente), regulando as possibilidades de vivências e de corpos (Silva; Calais, 2019).

A sociedade busca justificar as lesbianidades em discursos ligados a espetáculos pornográficos, heterossexuais frustradas e associando as mulheres lésbicas a “machonas”, por isso, encontra-se que dificilmente mulheres lésbicas assumem sua identidade, necessitando “passar por hétero” para se adequar as representações femininas (Caproni Neto; Bicalho, 2017). Discute-se sobre uma “hipervisibilidade lésbica” (caminhoneiras, sapatas, bofinhos, butch – lésbicas que se sentem confortáveis e se identificam com vestimenta, adereços, códigos considerados não-femininos) que repercute em um imaginário que generaliza essa identidade sexual, gerando contextos de vulnerabilidades (Braga; Ribeiro; Caetano, 2017).

A construção de uma identidade envolve uma série de assimilações e refutações resultantes de diversos lugares ideológicos. Nesse sentido, a matriz heterossexual, desenvolvida por Judith Butler, configura-se como uma formação discursiva dominante, com uma formação que afirma a naturalidade e normalidade da heterossexualidade em um contínuo sexo-gênero-desejo (Alós, 2012).

Embora haja o reconhecimento da homossexualidade como uma forma legítima de se vivenciar a sexualidade, sua visibilidade está atrelada a manifestações de homofobia e preconceito nas instituições, implicando um fenômeno social que coloca a demonstração da heterossexualidade como status superior a qualquer outra forma de orientação sexual (Caproni Neto; Bicalho, 2017). Destarte, naturaliza a ordem social e contribui para processos de dominação, inferiorizando as não heterossexualidades – até então concebidas como doença, pecado ou perversão – legitimando a heterossexualidade compulsória (Butler, 2003; Rich, 2010).

Assim, os estereótipos construídos acerca das feminilidades e masculinidades acabam elencando e restringindo ocupações para as performances que não compactuam com a heterossexualidade, por exemplo, ao homem gay é destinado a ocupação de maquiador, cabeleireiro, e à mulher lésbica, profissões tipicamente masculinas e agressivas. A lesbofobia surge, nesse contexto, como a repulsa, reflexo da misoginia, que

torna impensável a relação entre duas mulheres, nos tornando instrumento do desejo masculino e se intensifica para com mulheres que apresentam um comportamento não-feminilizado e não se enquadram em uma estética feminina aceita (Caproni Neto; Bicalho, 2017).

Além de serem produzidas nas relações de poder, as dissidências sexuais são instituídas sob práticas discursivas que negligenciam as questões relacionadas às sexualidades. Assim, as instituições sociais como família, escola, trabalho, universidade, possuem saberes que as atravessam (Braz; Vieira; Bussoletti, 2013). As características que compreendem a feminilidade passaram a ser remodeladas a partir do século XX, com a assimilação das mulheres por comportamentos e modos de pensar tidos como masculinos (modos de se vestir, práticas de atividades sociais, inserção em distintos ramos de trabalho), permitindo verificar a pluralidade dessa construção por um viés não hegemônico.

Devido a todo o panorama que estamos inseridas socialmente, ocorre que muitas vezes existe uma dupla discriminação, relacionadas ao gênero e orientação sexual (Alves et al. 2020). As lutas coletivas pelo reconhecimento dos direitos das(os) homossexuais, com grande influência do movimento feminista, surgem em um contexto de revolução do pensamento político que questiona os processos sociais, sendo importante para se pensar e formular estratégias que proporcionem igualdade e não discriminação.

A associação das lesbianidades com o machismo, heterossexismo e estereótipos, formam um cenário de discriminações e violências simbólicas, através do assédio moral e sexual, conservando padrões dominantes e preservando a estabilidade nos campos institucionais, garantindo a posição de dominação dos que possuem posições de destaque ou maior hierarquia (Caproni Neto; Bicalho, 2017). Lima e Benincá (2017) exploram a dimensão dos direitos humanos como base para uma proteção social sem distinções, atravessando fronteiras relacionadas a esquemas binários. A regulação dos corpos e as normas mediante as relações de poder tornam desprezíveis as identidades dissidentes para integrarem a vida social, gerando dentre outras questões, colaborando para um contexto de violências estruturais em diferentes espaços.

Violências estruturais referem-se a formas de violência que estão enraizadas nas estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade. Essas formas de violência são sistêmicas, ou seja, estão profundamente integradas nas normas, instituições e práticas cotidianas, o que torna difícil identificá-las e combater eficazmente. Elas afetam grupos específicos de maneira desproporcional e perpetuam desigualdades ao longo do tempo,

podendo ocorrer em moldes como o racismo, sexismo, discriminação de classe social, heterossexismo e cissexismo, capacitismo, ageísmo.

Essas formas de violência não são apenas atos individuais, mas são incorporadas nas instituições, práticas e sistemas que moldam nossa sociedade. Combater as violências estruturais requer ações que visem transformar essas estruturas, promover a justiça social, a equidade e a inclusão, bem como criar políticas e práticas que abordem as desigualdades profundamente enraizadas.

As violências simbólicas contra nós, mulheres lésbicas, envolvem a disseminação de estereótipos, preconceitos e atitudes negativas que nos deslegitimam, estigmatizam e discriminam. Essas formas de violência são mais sutis (ou ardilosas) do que a violência física ou verbal, não diminuindo o efeito destrutivo que pode ser provocado. Nossa representação na mídia e na cultura popular muitas vezes é permeada por estereótipos negativos, sendo retratado de maneira distorcida, como agressivas, masculinizadas ou hipersexualizadas.

A invisibilidade também é uma forma de violência simbólica que enfrentamos. A falta de representação adequada de casais e relacionamentos lésbicos nos meios de comunicação e na cultura popular torna nossa existência muitas vezes ignorada ou marginalizada. Essa invisibilidade tem um impacto real em nossas vidas, criando um sentimento de isolamento e a sensação de que nossa identidade é menos valiosa.

A pressão da heteronormatividade é outra forma de violência simbólica que as mulheres lésbicas frequentemente encontram. A sociedade nos força a aderir às normas heterossexuais e questiona constantemente a legitimidade de nossos relacionamentos e identidades. Essa pressão constante pode ser exaustiva e afetar nossa autoestima e autoaceitação.

Para algumas de nós, a discriminação internalizada é uma luta contínua. Expostas a mensagens sociais negativas e estereótipos prejudiciais, podemos começar a acreditar neles, o que resulta em sentimentos de culpa ou inadequação devido à nossa orientação sexual. Isso é uma violência simbólica que perpetua a lesbofobia. É importante entender que a violência simbólica pode ser tão prejudicial quanto a violência física ou verbal. Ela afeta nosso bem-estar emocional e psicológico, molda nossas interações sociais e limita nossas oportunidades.

Presto atenção em todas as mulheres ao meu redor e me dou conta que somente eu me assumi como mulher lésbica. Será realmente difícil encontrar mulheres que publicamente se assumam lésbicas ou meu círculo de amigas é limitado? Quais as

estratégias que nós, mulheres lésbicas, encontramos para subverter a hegemonia do gênero e dominação masculina? Enquanto muito se estuda, pesquisa e fala sobre o binarismo de gênero, estive a refletir sobre a dicotomia e os binarismos que cerceiam todas as nossas vivências: macho-fêmea, bem-mal, céu-inferno, certo-errado. Os antagonismos nesse estudo do gênero e sexualidades possuem uma construção histórica e social que são limitantes.

Por muito tempo senti como necessário manter “duas identidades”: a que me apresenta de forma genuína, a que xinga, bebe, fuma, ama outras mulheres e que só poderia ser mostrada dentro de uma esfera privada, e outra que deveria servir para atender aos moldes públicos. Essa dualidade se perdura por muitos espaços institucionais e públicos, quando precisamos engavetar nossas identidades, desejos, afetos e reverbera no silenciamento.

Nesse sentido, a contrassexualidade de Preciado (2017) sugere a ideia de que a sexualidade não deve ser pensada apenas em termos de identidades fixas e normas sociais, mas como uma arena de resistência e subversão das normas culturais e políticas impostas pelo sistema de gênero dominante, entendendo que a sociedade patriarcal e heteronormativa impõe uma sexualidade normativa que limita a expressão da individualidade e da liberdade sexual, sendo possível perceber uma crítica à noção tradicional de gênero e sexualidades, bem como uma rejeição das categorias binárias de masculino/feminino e heterossexual/homossexual.

Em vez de aceitar as categorias tradicionais de gênero e sexualidade, Preciado (2017) propõe a ideia de uma contrassexualidade que desafia essas normas e busca uma expressão mais livre e autêntica da identidade sexual. Isso envolve uma rejeição das normas sociais e culturais que moldam a sexualidade e uma busca por formas de prazer e desejo que estejam fora do controle das instituições sociais.

Essa abordagem crítica e subversiva à sexualidade e ao gênero busca desafiar as normas tradicionais e promover a liberdade sexual e de gênero, proporcionando um corpo de pensamento mais amplo sobre identidade de gênero e sexualidade que tem evoluído ao longo do tempo. O gênero, inicialmente entendido através de uma lógica binária - feminino e masculino, passou a caracterizar uma relação política que ocorre em um campo discursivo, em meio a relações de poder. De acordo com as tendências pós-estruturalistas e desconstrucionistas, o gênero passa a ser conceituado como um “ato performático”, sendo um processo de construção que permite aos sujeitos se constituírem através de “performances”, práticas diversas (Butler, 2003).

O reconhecimento sobre as relações identitárias associadas à esfera da sexualidade e o meio social compreendem suas marcas como questões sociais e políticas, para além da esfera particular, de acordo com o sentido das produções históricas e relações de poder combinados para expressão e nossas vivências em nossos corpos, identidades, orientações sexuais e outros marcadores, assim como a compreensão da conjuntura política na qual as mulheres com sexualidades dissidentes estão inseridas.

Ao concebermos a realidade como uma construção histórica e contingente, entendemos que a compreensão da organização social implica debatermos os modos como as relações sociais são construídas. A partir dessa perspectiva, tal compreensão encontra-se articulada à afirmação de uma dimensão política orientada para a produção de conhecimentos que contribuam para o enfrentamento de relações de dominação, sedimentadas em torno da naturalização de padrões sociais hegemonzados.

A performatividade de gênero, conceito desenvolvido pela teórica Judith Butler, sustenta que o gênero não é uma característica fixa ou inata, mas sim uma construção social. Butler (2003) afirma que o gênero é uma performance, um conjunto de comportamentos, expressões e papéis que uma pessoa adota para se conformar às expectativas da sociedade em relação ao seu sexo atribuído.

A feminilidade construída pelos alicerces da heterossexualidade decreta uma exigência sobre nossos corpos que está para além das relações conjugais, ou seja, espera-se uma disponibilidade dos nossos corpos para indicar uma naturalidade em direcioná-lo para os homens. Portanto, essa existência lésbica/sapatão rompe com essa cultura de modo a direcionarmos nossos corpos para outras mulheres, não apenas em um sentido íntimo, privado, mas quando salientamos a indisponibilidade por essa atração aos olhos masculinos, transmitindo e recebendo afeto por outras mulheres (Raíssa Éris Grimm Cabral, 2019, p. 32).

O que faz você se sentir feminina? Cada detalhe é importante: os trejeitos, roupas, cabelo, maquiagem. Nessa história de se enquadrar em “caixinhas”, por muito tempo tentei entender quais os atos que faziam com que as pessoas da minha convivência me colocassem em feminina ou masculina, ativa ou passiva. O embalo das minhas relações afetivo-sexuais de certa forma me levava – e eu me permitia – a ser lida como “o homem da relação”, principalmente pela falta de apreço por tudo que “uma menina deveria gostar”. A admiração por fazer as unhas, usar saias, vestidos, brincos, acordar horas antes de um compromisso para me maquiar, foram elementos que fizeram parte da história

indicando sobre como devemos nos posicionar perante a um contrato social cisheterocentrado para legitimar nossas feminilidades.

“Mas você já experimentou para saber se gosta?” - Imagino que a sua paciência, assim como a minha, já esteja esgotada para perguntas como essa. Seria difícil enumerar quantas vezes essa pergunta foi seguida do momento em que me assumi lésbica para alguém: “mas você já experimentou ficar com homens?”. A sociedade busca justificar as lesbianidades de maneira sempre pautada na figura do homem, não sendo considerada uma experiência autêntica sobre o desejo afetivo-sexual de uma mulher por outra. Nesse contexto de invisibilidade, Toledo e Teixeira Filho (2010) apresentam que um dos motivos encontrados pela sociedade para justificar a existência de mulheres lésbicas se dá na “falha” com as experiências afetivo-sexuais com homens.

Há certo tempo os estudos sobre gênero e sexualidades estão se fortalecendo no meio acadêmico. Contudo, isso não significa que o preconceito, discriminação e violências estejam deixando de existir. Nas pesquisas que pude realizar percebo que existe uma generalização quando falamos sobre o público LGBTQIA+, que sobretudo é protagonizado pelo homem gay (Caproni Neto; Bicalho, 2017).

A construção da identidade das mulheres lésbicas ocorreu sob condições adversas que, sobretudo, passou a ser defendido pelo movimento lesbofeminista a utilização do termo “lésbica” em detrimento de “gay” por compreender que para além da nossa orientação sexual, fomos nascidas, criadas e socializadas como mulheres, sendo a nossa visibilidade um movimento de resistência e expressão de luta (Jessica Mizoguchi, 2021).

Assim a “domesticidade feminina” é construída nos moldes da sociedade, agindo diretamente sobre nossos corpos, devendo ser dóceis e disciplinados.

São diversas as versões discursivas explicativas do mesmo estigma. Dentre elas, há a hipótese sobre a frustração amorosa com um homem infiel ou que feriu física ou sentimentalmente a companheira – uma extensão disso é a existência de um “trauma”, seja na infância, seja na adolescência ou vida adulta, geralmente no âmbito sexual: abuso sexual, violência sexual, estupro; e, por último, a proposição da mulher pouco atraente que os homens não quiseram (Toledo; Teixeira Filho, 2010, p. 730-731).

Também há a concepção de que algumas mulheres lésbicas seguiram essa orientação sexual pelo fato de serem feias, gordas ou, em linhas gerais, não performarem a feminilidade e o papel social que é atribuído à mulher. Portanto, a lésbica “aceita” também precisa estar nos moldes do androcentrismo e da heteronormatividade, de acordo

com as normas de gênero, sexo e desejo (Butler, 2003; Toledo; Teixeira Filho, 2010). Deste modo, os corpos lésbicos são percebidos dentro da sociedade machista a partir de um estigma erótico e ilegítimo, com vistas a suprir o prazer sexual dos homens, como fantasia sexual que deve estar disposta a satisfazer fetiches masculinos.

Acho curioso quando encontro nas bibliografias que “os estudos sobre mulheres lésbicas são escassos”. Lembro que essa já foi uma das justificativas mais utilizadas para reforçar a importância de se realizar pesquisas naquele determinado tema. Digo “curioso” porque nossos corpos, experiências e afetos são muitos e apesar de todos os impasses, continuamos resistindo. Então, imagino que essa escassez se deve ao fato de (mais uma vez) existir um sistema que tenta aniquilar/invisibilizar nossa existência enquanto protagonistas de nossas histórias, saberes; as teorias, debates, conversas do cotidiano que são compartilhadas constituem uma forma de produzir mundos e conhecimentos.

Além disso, muitas pesquisas científicas, feitas por acadêmica/os são, muitas vezes, pessoas heterossexuais falando sobre *um outro*. Veja que a problemática, nesse contexto, não é impedir ou se mostrar contra pesquisas sobre lesbianidades conduzidas por pessoas heterossexuais, mas sim considerar válidas *apenas* as pesquisas conduzidas por tais pessoas, de modo a considerar as ativistas lésbicas, como Carneiro pontua no contexto das relações raciais, fontes de saber, mas não de autoridade sobre o assunto, e/ou considerar que o único conhecimento que as acadêmicas lésbicas possuem se referem às lesbianidades (Táhcita Mizael, 2021, p. 335).

Assim, reafirmo a utilização do termo “lesbianidades” para nomear os processos de subjetivação com relação às práticas homoafetivas entre mulheres, intituladas lésbicas ou similares (entendida, sapatão, sapata, sapa, dentre outros), as quais nos encontramos em um “lugar” de diferença, de não-heterossexualidade, sendo empregado no plural pelo reconhecimento de todas as possibilidades de relações afetivo-sexuais entre mulheres, uma vez que não existe um único modelo dessa vivência (Toledo; Teixeira Filho, 2010). As lesbianidades referem-se, portanto, à atração romântica, sexual e/ou emocional entre mulheres, sendo uma expressão de amor e desejo que desafia as normas heteronormativas da sociedade.

Portanto, entendo como lésbica uma pessoa que se sente subjetivamente mulher e está nesse “lugar” de práticas, afetos e desejos por outras mulheres. Para consolidar essa compreensão se faz necessário entender a existência dos padrões que possuem um referencial androcêntrico e heteronormativo, os quais contemplam um (c)istema de organização que coloca a heterossexualidade como normal e normativa perante outras

formas de se vivenciar a sexualidade. Deste modo, a construção da nossa sociedade rege a naturalização e validação afetivo-sexual de pessoas com o sexo oposto (homem e mulher), com a prerrogativa de que os papéis sociais e sexuais de cada sexo são complementares, devendo ainda, reconhecer a dominação masculina e submissão feminina (Toledo; Teixeira Filho, 2010).

Para compreender as lesbianidades e o pensamento lésbico, é importante definir o que se entende por estes termos. Lesbianidades referem-se às experiências, identidades e relacionamentos de mulheres que se sentem atraídas por outras mulheres. Enquanto isso, o pensamento lésbico abrange as teorias, ideias e perspectivas desenvolvidas por ativistas e acadêmicas lésbicas (Silva; Araújo, 2021). Este campo de pensamento baseia-se nas experiências vividas por nós e procura desafiar as estruturas heteronormativas e patriarcais dominantes. Ao centrar nossas vozes e perspectivas, contribuí para uma maior compreensão da diversidade e complexidade das sexualidades, principalmente as dissidentes.

Conforme Simas (2022, p. 48) “Há um epistemicídio em curso na cidade. É isso aí mesmo: assistimos ao processo de destruição dos saberes, práticas, modos de vida, visões de mundo, das culturas que não se enquadram no padrão canônico”. Tendo em vista que o termo “epistemicídio” está diretamente ligado à negação das formas de produção de conhecimento de grupos dominados (Santos, 1997 *apud* Sueli Carneiro, 2005), discorreremos sobre o “epistemicídio lésbico”, enquanto mecanismo que se trata não apenas da negação do conhecimento sobre a experiência lésbica, mas também do ato insidioso de silenciar, apagar e desacreditar as vivências e perspectivas das mulheres lésbicas. É como se a sociedade, por meio de suas estruturas, tentasse negar a validade de nossas histórias e saberes, relegando-nos à invisibilidade e ao esquecimento (Táhcita Mizael, 2021).

Cada vez que nossas vozes são silenciadas, é como se um capítulo inteiro da história fosse arrancado do livro da humanidade. O epistemicídio lésbico é uma tentativa de apagar a riqueza e a diversidade das experiências das mulheres que amam mulheres, minando a construção de um conhecimento mais inclusivo e representativo.

Relembro um termo que escutei há certo tempo e que agora ressurgiu, acredito que devido às provocações que tenho me colocado. Fui procurar a tradução literal do termo “*Mansplaining*” e encontrei como resultado “homem” e “explicação”, o que significa quando um homem explica algo para uma mulher sobre determinado assunto

que muitas vezes ela já domina ou vivencia. Mas qual a relação disso com as nossas vivências? Posso dizer que essas situações acontecem rotineiramente.

Professoras interrompidas, alunas que não ganham reconhecimento ou validação, explicações sobre o porquê de estarmos com aquele comportamento “histórico”. Esses são alguns exemplos do cotidiano, nos quais sob a intervenção do patriarcado que valida a dominação masculina, homens sentem-se livres e desimpedidos (e muitas vezes estão) para praticar tais ações. Um dia desses escutei, no trabalho, que uma colega deveria ter nascido homem já que sabe resolver tão prontamente os problemas com impressora, eletricidade e coisas afins. Não pude me calar: “ela não precisa ser homem pra fazer isso! Qual o problema por ser uma mulher resolvendo?”. Não obtive resposta.

Houve uma “cristalização do sexismo no modo de organização social” (Toledo; Teixeira Filho, 2010, p. 734), no qual passou a ser creditado uma supremacia de um sexo sobre outro, mais especificamente o masculino sobre o feminino, sob a lógica de prevalência da dominação masculina e a masculinidade como atribuição natural do homem, sendo configurado o machismo. Esse contexto, então, produz estranheza e invalidação sobre o fato de uma mulher abdicar da relação com um homem para estar com outra mulher, tornando-se dissidente, abjeta.

E essa visibilidade que nos faz tão vulneráveis, é também a fonte de nossa maior fortaleza. Porque a máquina vai tratar de nos triturar de qualquer maneira, tenhamos falado ou não. Podemos nos sentar num canto e emudecer para sempre enquanto nossas irmãs e nossas iguais são desprezadas, enquanto nossos filhos são deformados e destruídos, enquanto nossa terra está sendo envenenada, podemos ficar quietas em nossos cantos seguros, caladas como se engarrafadas, e ainda assim seguiremos tendo medo (Audre Lorde, 1984, s.p.).

Seja a máquina de Audre Lorde que nos tritura ou a faca que nos perfura, o fato é que precisamos estar em posição de vigilância, de modo a encorajar e afastar o medo que insiste em nos perturbar.

Ei, traga o meu torço
 E me dê uma rosa vermelha
 Quem não me conhece, muito prazer
 Eu sou Maria, mas navalha pra você
 (Ponto de Maria Navalha)

3.1. Não param de nos matar

O Dossiê sobre lesbocídio no Brasil (Peres; Soares; Dias, 2018), elaborado a partir do projeto de pesquisa *Lesbocídio – As histórias que ninguém conta*, investigou as especificidades dos assassinatos contra mulheres lésbicas no Brasil e criar um banco de dados na busca da visibilização da memória lésbica, o Dossiê engloba os casos que aconteceram entre 2014 e 2017, no qual as pesquisadoras envolvidas ressaltam a impossibilidade de até o momento de publicação do material realizar análises aprofundadas, uma vez que possuem como fontes apenas os dados divulgados pela mídia e redes sociais, que tampouco representam a complexidade e realidade dos casos, atribuindo-se um caráter reflexivo acerca da importância de ratificar tal demanda, de modo a subsidiar os direitos que nos são garantidos.

Como parte da elaboração do Dossiê, são apresentados três conceitos importantes: feminicídio, lesbocídio e as múltiplas opressões como estratégias de enfrentamento às violências praticadas contra as pluralidades que contemplam ser mulher. Ainda que não seja o cerne dessa dissertação analisar detalhadamente o Dossiê, acredito ser um passo importante visibilizar os movimentos que tem ocorrido e que de certo modo, como diz Sara Ahmed (2022), quando a mulher desaba, naquele momento em que ela não aguenta mais a violência que satura o seu mundo, neste momento um movimento feminista pode estar em curso.

O lesbocídio se caracteriza majoritariamente como tentativas de extermínio, são definidas como *crimes de ódio* e motivadas por preconceito. São ações que demonstram como alguns segmentos da população são incapazes de aceitar e respeitar as lésbicas como pessoas em condições de igualdade de direitos e deveres constitucionais.

O ódio às lésbicas existe como parte integrante do patriarcado uma vez que elas são consideradas mulheres que não se submetem às normas heterossexuais que recorrentemente possibilitam a dominação masculina sobre as mulheres heterossexuais. A constatação de que as lésbicas não estão sujeitas a certos poderes exclusivos dos homens e que permeiam a relação deles com a maior parte das mulheres também pode ser motivadora de lesbocídios. Nestes casos, lésbicas são vistas como indomáveis e, portanto, perigosas (Peres; Soares; Dias, 2018, p. 20).

Dentre os tipos de lesbocídio o Dossiê lista os lesbocídios declarados, lesbocídios como demonstração de virilidades ultrajadas, lesbocídios cometidos por parentes homens, cometidos por homens conhecidos sem vínculo afetivo-sexual ou consanguíneo, assassinos sem conexão com a vítima, suicídio ou crime de ódio coletivo, a multiplicidade de opressões e o tráfico de drogas, lesbocídio como expressão de desvalorização das lésbicas.

A violência contra mulheres lésbicas é um problema grave e crescente no Brasil. O primeiro Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil, elaborado pelo Grupo de Pesquisa Lesbocídio, indica que, no período entre 2000 e 2017, foram registrados 180 homicídios de lésbicas. No entanto, os anos mais recentes concentram a maior parte das mortes: somente entre 2014 e 2017, foram registrados 126 assassinatos de lésbicas no país. O estudo mostra ainda que a violência vem do preconceito masculino.

Além dos homicídios, mulheres lésbicas também sofrem diversos tipos de violência em função de sua orientação sexual, desde agressões físicas, verbais e psicológicas, até estupros corretivos (que pretendem modificar a orientação sexual da mulher). O primeiro censo voltado para a população lésbica brasileira, realizado pela Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, em parceria com a associação lesbofeminista Coturno de Vênus, aponta que 8 em cada 10 mulheres lésbicas já sofreram algum tipo de violência e 70% delas têm medo de dizer a orientação sexual nos atendimentos de saúde. Em resumo, a violência contra mulheres lésbicas é um problema grave e crescente no Brasil. É importante que a sociedade como um todo se conscientize sobre esse problema e trabalhe para combatê-lo. A diversidade e a inclusão são fundamentais para uma sociedade saudável e justa.

Desde cedo, percebi que minha orientação sexual era diferente das expectativas convencionais. Ser uma mulher lésbica significava enfrentar uma série de desafios únicos, muitos dos quais eram invisíveis aos olhos da sociedade. O termo "lesbocídio" ressoa em mim de maneira profunda, pois representa a violência sutil e não tão sutil que enfrentamos diariamente. Ao longo da vida, enfrentamos estigmas e estereótipos associados à condição de mulher, lésbica (e macumbeira). A sociedade frequentemente tenta nos apagar, nos tornar invisíveis, como se nossa existência fosse inconveniente. A invisibilidade é, de certa forma, uma forma de violência, pois ela nega nossas experiências, nossas histórias e nossas lutas.

Além da invisibilidade, muitas mulheres lésbicas enfrentam violência física e emocional. O lesbocídio se manifesta em agressões verbais, ameaças, estupros corretivos

e até mesmo assassinatos. A intolerância que permeia a sociedade contribui para um ambiente hostil no qual a expressão livre da sexualidade é reprimida e punida. As instituições muitas vezes falham em proteger mulheres lésbicas. A falta de legislação específica e de políticas inclusivas deixa-nos vulneráveis a abusos e impunidade. É urgente que a sociedade reconheça e condene o lesbocídio, implementando medidas para garantir a segurança e o respeito às mulheres lésbicas. É importante lembrar que o lesbocídio não é apenas uma questão individual; é um problema sistêmico enraizado em normas sociais e culturais discriminatórias. Mudar essa realidade requer não apenas a conscientização, mas também a ação coletiva para desafiar e transformar as estruturas que perpetuam o lesbocídio.

Como mulher lésbica, o enfrento diariamente, mas também encontro força na comunidade, na solidariedade e na resistência. Contar nossas histórias, levantar nossas vozes e buscar a equidade são passos fundamentais para superá-lo e criar um mundo onde todas as mulheres, independentemente de sua orientação sexual, possam viver sem medo e plenamente aceitas. Ao longo da minha jornada como mulher lésbica, tenho descoberto a poderosa força da aliança entre nós para combater o lesbocídio e opressões, uma batalha que muitas vezes é silenciosa, mas cujos impactos são profundamente sentidos. Essa aliança é um feixe de resistência, apoio mútuo e solidariedade que transcende as barreiras impostas pela intolerância. Ter como orientadora a prof^a Marília Silveira, uma mulher lésbica, também fez toda a diferença nesse percurso, no qual dentre as orientações coletivas e individuais tivemos a oportunidade de trocarmos experiências, descobrirmos as nuances por trás de epistemologias sapatonas, possibilitando a construção de um caminho acadêmico mais atento às arbitrariedades que as instituições nos impõem. Em nossos encontros, nas reuniões e nos espaços que construímos, testemunhei a beleza e a força dessas alianças.

É um compromisso de nos apoiarmos nos momentos difíceis, de compartilhar nossas histórias e de criar uma teia de suporte que nos fortalece diante dos desafios impostos. A aliança começa com o simples ato de nos reconhecermos umas às outras, de validar as experiências únicas que cada uma enfrenta. É um gesto de empatia que transcende as diferenças, reconhecendo que, embora nossas histórias individuais sejam singulares, enfrentamos desafios similares por sermos mulheres lésbicas. Em nossas conversas, trocamos estratégias de resistência e compartilhamos formas de enfrentar o preconceito e a violência. A aliança é um espaço onde a sororidade floresce, onde nos apoiamos na desconstrução dos estigmas que tentam nos silenciar.

a sororidade é um pacto político de gênero entre mulheres que, reconhecendo-se como interlocutoras, são fiéis a si mesmas e às outras mulheres, sem hierarquia. Embora esteja etimologicamente relacionada ao laço afetivo que idealmente deveria haver entre irmãs ou a uma rede de apoio presumivelmente cultivada por freiras nos conventos, a sororidade, numa dimensão ética e política, tornou-se um tema e uma prática do feminismo contemporâneo (Evelyn Blaut Fernandes, 2022, p. 3)

A educação é uma arma poderosa em nossa luta. Na aliança entre mulheres lésbicas, trocamos conhecimento, promovemos uma sensibilização e desafiamos os estereótipos prejudiciais que contribuem para a discriminação. Essa troca de saberes é uma forma de nos fortalecermos, capacitando-nos a enfrentar a ignorância com informação e a desmistificar a sexualidade lésbica. Portanto, cá estou eu nessa trajetória do mestrado (nada fácil), marcada por impasses que por muitas vezes me fizeram pensar em desistir. Isso não aconteceu, porque tive o privilégio de me aliar a mulheres que escutaram minhas dores e angústias.

A aliança não é apenas uma resposta à adversidade; é um movimento de celebração da diversidade dentro da nossa própria comunidade. Reconhecemos e celebramos as diferentes identidades e vivências, compreendendo que a união entre nós é uma força formidável que pode transcender as fronteiras impostas. Nossa aliança é um chamado à ação coletiva. Juntas, levantamos nossas vozes, participamos de movimentos e pressionamos por mudanças sociais. Nossa aliança é uma força transformadora que desafia a invisibilidade, a intolerância e a violência, buscando criar um mundo onde todas as mulheres possam viver plenamente, sem o peso do lesbocídio sobre seus ombros.

3.2. Não param de aniquilar nossa subjetividade

O aniquilamento de subjetividades é um fenômeno que ocorre quando as pessoas são tratadas como se não tivessem valor, e suas formas diversas e plurais de existir e de ser no mundo são anuladas (CFP, 2019). Esse processo pode levar à destruição, dilaceramento e extermínio dos sujeitos. O livro “Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs”, organizado pelo Conselho Federal de Psicologia, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos, apresenta um mosaico de histórias de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTIs) que retratam os

intensos sofrimentos ético-políticos e os processos de resistência decorrentes de diversas formas de violências, preconceitos, injustiças e exclusão. De acordo com Bader Sawaia (2001, p. 104) o sofrimento ético-político “retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”. Revela a desigualdade social e impossibilita a pessoa de se apropriar da produção material, cultural e social de sua época, recusa seu movimento no espaço público e a expressão de seus desejos e afetos (Sawaia, 2001).

Durante a pesquisa que deu origem ao livro, 32 pessoas foram entrevistadas e 16% se declararam lésbicas. Nos dois primeiros capítulos são apresentadas narrativas de pessoas LGBTIs de opressões cotidianas, por meio de violência física, verbal, psicológica, preconceito e negligência social; no terceiro capítulo, as narrativas performam as explicações dadas por terceiros para tentarem justificar o porquê da existência LGBTIs; no quarto capítulo, se evidencia a busca pelos procedimentos de reversão sexual; o quinto capítulo nos apresenta os “tratamentos” que as pessoas LGBTIs entrevistadas se submeteram para tentar alguma modificação sobre a orientação sexual; no sexto, as narrativas permitem visualizar o sofrimento ético-político, os quais produziram marcas físicas, materiais e simbólicas; o sétimo capítulo apresenta diversas faltas éticas cometidas por psicólogas(os) nesses processos; nos últimos capítulos, oitavo e nono, as narrativas de enfrentamentos diante das atrocidades.

Fazendo cortes e remendos nos relatos de mulheres lésbicas trazidos no livro (CFP, 2019), construí a história de Maria para explicitar as tentativas de aniquilamento produzidas contra nossas corpos e identidades lésbicas. Pela história dessa Maria são contadas as histórias de muitas de nós. Com a navalha de Maria abrem-se as feridas de muitos corpos nossos, partilhando a experiência em texto.

Desde muito nova, eu sabia que era diferente. Enquanto minhas amigas se apaixonavam por meninos, eu sentia algo diferente, algo que eu não conseguia compreender completamente naquela época. A descoberta da minha orientação sexual começou cedo, ainda na infância, e eu sabia que a jornada à frente seria repleta de desafios. Lembro-me que quando eu tinha por volta de uns 7 anos de idade estava sentada no sofá da sala, assistindo televisão com a minha mãe, quando fiz um comentário ingênuo sobre uma atriz: “Nossa, essa mulher é tão bonita!” e quase que ao mesmo tempo minha mãe me olhou com reprovação “Por que você não fala sobre os rapazes que são bonitos?”.

Aprendi que minha admiração deveria ser voltada aos meninos. Seria errado eu elogiar mulheres.

Fui criada em um ambiente profundamente enraizado em tradições religiosas, no qual a diversidade de orientações sexuais era frequentemente incompreendida e, em muitos casos, condenada. Sob a pressão de suas crenças, fui levada a encontros com líderes religiosos que afirmavam poder "curar" minha sexualidade. Esses encontros foram marcados por palavras de condenação, tentativas de reprogramar minha mente e orações que buscavam afastar aquilo que consideravam uma "influência maligna".

Na escola, a pressão para encaixar nos padrões tradicionais era avassaladora. As risadinhas e olhares tortos eram constantes quando eu mostrava interesse por outras meninas. A palavra "diferente" passou a me acompanhar como uma sombra, sempre presente, sempre me lembrando de que eu não me encaixava na norma estabelecida. Estudei todo o ensino fundamental em "colégio de freira", tradicional e conhecido por seu ensino exemplar. Existia uma gama de atividades ofertadas aos alunos e alunas e, dentre todas, me interessei por fazer aulas de bateria. Fui falar com meu pai a respeito, já com certo medo pela resposta, e ouço: "Por que bateria? Tem dança, ballet, teatro, mas você tinha que gostar logo disso que é coisa de menino". Ainda que contrariado, permitiu me matricular, ressaltando sua discordância.

A adolescência foi um período particularmente difícil. A necessidade de aceitação e a pressão para ser "normal" eram esmagadoras. A sociedade, muitas vezes, pareceu um campo minado de preconceitos, onde eu tinha que pisar com cuidado para não explodir as expectativas alheias. O medo do julgamento tornou-se uma constante, e muitas vezes eu me perguntava se alguma vez seria capaz de ser eu mesma sem enfrentar represálias.

Tive contato com as músicas da cantora brasileira Ana Carolina, a qual posteriormente entendi como uma das poucas referências sobre uma "sapatão", e por volta dos meus 14/15 anos a música "Eu gosto de mulher" cantada na voz de Ana Carolina, passou a tocar repetidamente no som do meu quarto. Um dia me atrevi a colocar para tocar quando tinha visita em casa, na tv da sala mesmo, e surgiram os olhares de reprovação mais uma vez. Minha mãe, totalmente desconcertada, falou que aquilo não era música pra mim. Entendi que eu não eu poderia falar publicamente que "eu gosto de mulher".

"Ao invés de eu me sentir acolhida, eu me sentia isolada, sem nenhuma referência. Eu não podia contar para a minha mãe, eu não podia contar para a psicóloga e, por

dedução, Deus não gostava de mim. Não podia nem contar com aquilo que eu mais acreditava, que era em um ser superior” (CFP, 2019, p. 146).

Aos 17 anos, cursando o último ano do ensino médio, eu já havia passado por algumas experiências afetivas e sexuais com meninas e minha mãe já tinha me indagado algumas vezes sobre a minha “preferência sexual”. Com as poucas tentativas que fiz sabia que não seria tão fácil responder a essa pergunta. Ela remexia o meu guarda roupa em busca de qualquer “prova do crime”, quando acabou achando a carta de uma ex-namorada. Não tive como negar, falei que era verdade, mas foi só para experimentar. “Eu espero que essa fase tenha passado! Você é um desgosto pra mim e também vai ser para o seu pai e toda a família. Espero que você nos apresente um namorado em breve”. Entendi que apresentar uma namorada seria algo impensável. Nessa época tinha um garoto da escola que queria ficar comigo e eu precisei me render a essa experiência. Marcamos para ficar e uma semana depois estávamos namorando e eu o apresentei como meu namorado lá em casa. Me obriguei a fazer o máximo para conseguir gostar de meninos, incluindo sentir o meu corpo sendo invadido. Não consegui sustentar por muito tempo e isso começou a me deixar profundamente angustiada até um dia em que minha mãe perguntou se eu estava namorando com ele “só por causa daquela nossa conversa”. Respondi prontamente que sim, afinal eu não queria ser o desgosto da família.

“Eu tentava, sempre chorava quando a gente ia transar. Ele não entendia nada, coitado, sofria também. Até eu terminar esse relacionamento eu sentia muita angústia, quando eu pensava “Eu vou ter que casar com ele”. Para mim, me dava uma grande ansiedade.” (CFP, 2019, p. 144).

Em casa, a sensação de ser observada se intensificava. Os olhares de desaprovação, mesmo que sutis, tornam-se uma presença constante durante o jantar em família ou momentos casuais em casa. Nas conversas evitavam tocar no assunto da minha orientação sexual, como se o silêncio pudesse de alguma forma fazer com que ela desaparecesse. Cada olhar reforçava a ideia de que minha identidade era um tabu a ser mantido escondido. A rejeição por parte da minha família foi uma das experiências mais dolorosas que já vivi. O amor se tornou condicional à conformidade com suas expectativas. Fui forçada a escolher entre ser quem eu sou e manter laços familiares, uma escolha que nenhum coração deveria ter que fazer. Pensei em morrer várias vezes e é sempre muito delicado falar sobre isso. Fiquei decepcionada com a minha mãe e como as coisas aconteceram. Eu tentava muito desviar o foco da minha vida disso. Eu me cobrava por não conseguir simplesmente gostar de meninos.

Na vida adulta, as coisas não se tornaram mais fáceis. Ainda que eu tivesse uma certa independência financeira, ainda morava com meus pais e as cobranças sobre casamento e os netinhos passaram a ser assíduas. Passaram-se anos e eu não havia apresentado mais nenhum namorado e os familiares já tinham me mostrado vários rapazes lindos, mas “por que nunca dá certo?”. Tive experiências com vários, mas de fato, não conseguir me envolver com ninguém; era doloroso em todos os contextos. Meu pai, um homem militar muito conservador, gritava repetidas vezes “onde foi eu errei?”. Tive a bela “oportunidade” de conhecer fuzileiro naval, coronel, diplomata, mas nada disso adiantou. Entendi que apesar de todos os esforços eu sempre seria vista como um erro. A discriminação sutil, os estereótipos arraigados e a falta de compreensão persistiam. Relacionamentos eram desafiadores, pois eu constantemente me deparava com pessoas que não entendiam ou aceitavam minha orientação. A intolerância muitas vezes se disfarçava de piadas, comentários ou simples olhares de desaprovação.

Cada sessão de terapia era uma luta interna, uma batalha constante entre a minha verdadeira identidade e a imagem que tentavam me impor. “Daí eu chegava lá (na psicanalista), ela orava e ia conversar comigo. “Sim, a sua mãe te ama independentemente de tudo. Não tem problema você ser assim, mas é um pecado”, falava coisas assim, desse tipo. Teve uma sessão que ela abriu a Bíblia para mim também” (CFP, 2019, p. 163).

“Mas, de repente, eu fui tomada por uma coragem. Não sei nem como eu consegui dizer para [minha mãe]: ‘A partir de hoje, a senhora vai me ver, sim, de mãos dadas com outra mulher e, se vierem lhe contar, a senhora pode acreditar que é verdade’. Ela me bateu muito por causa disso, uma surra que não acabava nunca. Fiquei muito machucada, levei quase cinco dias para poder me recuperar, porque tudo o que ela tinha na mão, que ela viu pela frente, ela atirou em mim” (CFP, 2019, p. 43).

Foi nesse momento de conflito interno que decidi procurar outra ajuda profissional. Ingressei na terapia com outra psicóloga, com a esperança de encontrar um espaço seguro para explorar minha verdadeira identidade e reconciliar as contradições que haviam se instalado em meu coração. Minha terapeuta, uma profissional compassiva e não-julgadora, tornou-se uma âncora fundamental nesse processo de autodescoberta. Ela me incentivou a compartilhar minha história, meus sentimentos e as pressões que eu enfrentava. Juntas, começamos a desconstruir as camadas de expectativas que haviam sido impostas a mim.

Apesar de todos os desafios, eu decidi abraçar minha identidade. A jornada foi dolorosa, mas também me fez mais forte. Aprendi a me amar, a valorizar quem eu sou,

independentemente das opiniões alheias. Encontrei uma comunidade de apoio, pessoas que entendiam minha jornada e estavam dispostas a caminhar ao meu lado. “Eu só fui, na verdade, me libertar disso na faculdade. A gente teve uma disciplina específica sobre identidade de gênero e sexualidade e foi isso que me gerou uma extrema angústia. Eu fiquei ali de cara com aquele tema que eu estava tentando esconder a minha vida inteira. A disciplina que eu fiz na graduação, que me fez compreender que não era errado, que aquela culpa que eu carregava foi se desfazendo” (CFP, 2019, p. 178). Passei a me sentir mais acolhida na faculdade, percebi que poderia compartilhar experiências entre amigos e amigas, pois esse espaço não existia dentro de casa. Ainda que meus pais achem que a pessoa errada que sou tenha sido por más influências, foram os meus amigos “mundanos” que me compreenderam.

Hoje, sou grata pela minha jornada. Ainda há batalhas a serem enfrentadas, mas estou determinada a criar um mundo onde a diversidade seja celebrada, e onde ninguém precise sentir a opressão que eu senti ao longo dos anos. Minha história é apenas uma entre muitas, e espero que, ao compartilhá-la, possamos continuar construindo um caminho para um futuro mais inclusivo e respeitoso.

Neste ponto, mutilada e remendada, eu Maria, me torno uma em várias, com as experiências acumuladas de muitas de nós, muitas outras Marias, segui meu caminho com a pretensão de conseguir um bom emprego, continuar a carreira acadêmica na esperança de que esse espaço da universidade pudesse seguir me compreendendo e acolhendo.

3.3. Uma Maria aniquilada na universidade

Depois de viver essa sequência de aniquilamentos, de impossibilidades, de violência, eu entrei para a universidade federal, para realizar meu tão sonhado mestrado. E enquanto Maria eu carregava todas aquelas dores e as experiências. Achei que meu corpo já era forte, já não tinha mais o que rasgar. Até que chegou um momento que eu não aguentava mais.

Durante quase um ano ele me perturbou quase diariamente sobre os textos que eu precisava escrever, às vezes três vezes no mesmo dia. Insistentes mensagens no meu celular. Maldita pandemia. Quando entregava uma revisão toda formatada conforme o solicitado eu escutava: “isso não faz sentido! Eu não entendo o que você está escrevendo”. Todas as devolutivas de meu trabalho eram negativas, eu me sentia burra, insuficiente e

cansada. Uma espécie de relação abusiva havia se instalado, e eu fui sendo levada a acreditar que me sentir daquele jeito era normal, fazia parte daquela experiência chamada mestrado. Quando passei na seleção ele me recebeu como se fosse um deus superior que tinha me concedido a honra de me aproximar, ele tinha fama de reprovar a maioria dos projetos que chegavam e gabou-se disso no primeiro encontro.

Ainda é muito difícil falar e escrever, ainda tenho medo, por isso não escrevo sozinha. Enquanto escrevo, minhas entidades me acompanham, escrever essa dissertação é como atravessar uma encruzilhada. Eu já sei que o silêncio não me protege, caminho pelas ruas do Rio de Janeiro, chego no Santuário de Zé Pelintra e Maria Navalha na Lapa, peço direção, proteção e coragem. Meu corpo endureceu, perdi a ginga, precisava me recompor.

Com a coragem concedida e a voz trêmula iniciei o processo de troca de orientação. Decidi conversar com a coordenação do curso primeiro e expor a situação. Eu tinha medo, eu não podia dizer, engasgava as palavras, me sentia violentada. Meu sangue escorreu pela sala naquela conversa e eu não fui acolhida. Pisoteando meu sangue a coordenação havia falado primeiro com o professor e buscava comigo uma conciliação. “Ele não percebe que tenha feito algum mal, é o jeito dele, não acho que seja proposital”, repeti mil vezes como eu me sentia e como para mim era impossível seguir nessa orientação. Foi então que chegou a primeira ameaça velada, “você sabe que o orientador precisa concordar com a mudança e ele quer continuar te orientando”. Saí da reunião desesperada, considerando impossível qualquer tipo de acordo, eles estavam me forçando a desistir. Voltei ao santuário e pedi malandragem e insistência. Pelintra e Maria nunca me falharam. Eu só queria terminar esse mestrado em paz.

Meu corpo se enchia de vergões vermelhos às vésperas de cada orientação, não dormi na noite que antecedeu a reunião que a coordenação marcou com ele e comigo. Eu só queria resolver tudo logo e me livrar dessa relação. Aquilo estava acabando comigo.

No dia combinado sentamos os três numa mesma sala como se estivéssemos os três na mesma posição e eu não estivesse sendo acuada por dois professores que estavam a ponto de me engolir. Fui a primeira a falar, repeti o que havia dito na primeira reunião e marquei meu desejo de mudar de orientação, O professor mostrou-se surpreso, quase ofendido, afirmou que era partidário do diálogo. “Eu sempre zelo muito pelo trabalho de orientação, e acho muito complicado o pedido de troca de orientações em situações em que o que está acontecendo não é nada mais que o processo de orientação. Eu não teria interesse em autorizar a troca. Eu sou muito tranquilo em conversar, você me pediu para

usar as teorias feministas e eu até disse que tudo bem”. O professor condescendente, o bom moço, o que estava disposto ao diálogo. Senti um bloqueio, me senti barrada. “Eu não entendo por que você não veio falar comigo antes” questionou ele, “porque não me senti à vontade” respondi. “Mas nós temos uma relação institucional, que demanda negociações”, seguiu ele. A palavra institucional aqui, nesse contexto, evoca o poder, coordenação e professor *versus* aluna, como é que eu poderia escapar? Eu me sentia igual a gambá do desenho *Looney Tunes* sendo agarrada à força pelo Pepe Le Pew, só que com autorização institucional. Queria apenas deslizar das garras do Pepe, de preferência deixando sua cara arranhada.

“Bom, chegamos a um impasse – conclui a coordenação, “ou a gente resolve aqui (indicando a manutenção da orientação) ou, bem, alguém tem que ceder” e ri. O professor afirma que o processo está estranho, que ele precisava de um tempo, que gostaria de conversar comigo. Insisti mais uma vez que não conseguia imaginar depois dessa reunião o seguimento da orientação.

Diante do impasse, a coordenação acata o “tempo” solicitado pelo professor, “vamos dar esse tempo para o professor pensar” se autorizaria ou não a mudança de orientação. Senti o mundo despedaçar, só restava desistir.

Outros professores aceitaram me orientar e co-orientar e consegui o aval deles para levar a situação ao colegiado. Em frente a todos os professores do curso, fui obrigada a fazer a solicitação mais uma vez, a me justificar, mais uma vez. Fui violentada, mais uma vez. Era apenas para eu estar presente, mas num conchavo explícito entre alguns professores insistiram para que eu falasse, que eu justificasse. Tendo eu dito e justificado, insistiram que não era suficiente, precisava ser mais explícita, precisava dizer o que “realmente” tinha acontecido. Sangrei poças aquele dia e ainda por dias. Sangro ainda enquanto escrevo. Percebendo a situação sair do controle a coordenação intervém me protegendo minimante, diz que isso já havia sido discutido e coloca a mudança de orientação em votação. Os professores que solicitaram minha fala se abstiveram de votar. A despeito do conchavo masculinista, do pacto de cavalheiros, da proteção entre eles, depois de muita insistência do professor colocar em questão que deveria constar no regimento do programa a impossibilidade “desse tipo de troca”, meu pedido foi aprovado. E meu corpo estilhaçado, pela última vez.

Eu sabia que era a única orientanda do professor naquele momento, mas não sabia que institucionalmente ficar sem orientandos seria um problema para ele. Ele que também tinha um histórico de perder orientandos pelo caminho, ser deixado pelos bolsistas de

pesquisa, não receber candidaturas para monitoria e ser odiado pelos estudantes da graduação. Como eu havia me formado em outra instituição, essas informações só chegaram a mim depois, quando finalmente consegui começar a falar e tentar me movimentar dessa relação para terminar o mestrado.

Estilhaçada, rasgada e sangrando. Era hora de voltar ao Rio de Janeiro para remendar meu corpo.

4. CONCLUSÕES: REMENDOS DE UM CORPO ENCANTADO DAS RUAS

Neste tecido complexo da vida, encontro-me diante de um desafio que transcende a simplicidade de uma agulha e linha. Sou convocada a remendar os cortes profundos deixados para trás pelo flagelo da violência, a costurar as tristezas que permeiam as existências feridas. Como uma costureira do destino, assumo a responsabilidade de transformar a desolação em esperança, entrelaçando fios de cura e proteção nos rasgos da arma branca que nos cortou.

Cada agulha que seguro é uma promessa de reconstrução, uma tentativa de revolucionar os horrores testemunhados. Percorro os caminhos ásperos da dor, buscando os pontos certos para unir corações despedaçados. O ato de costurar transcende a simples reparação física; é uma cerimônia de renascimento emocional. Ao puxar a linha com firmeza, tento restaurar a integridade perdida, reconstruindo a confiança quebrada e reacendendo a chama da solidariedade construída através do coletivo. Cada ponto é uma afirmação de resistência e reexistência.

À medida que avanço, testemunho histórias marcadas por cicatrizes invisíveis e lágrimas silenciosas. Meus dedos seguem o ritmo doloroso dos relatos, enquanto a agulha se move em um compasso de empatia. É uma dança delicada entre a força e a gentileza, entre o confronto com a brutalidade do passado e a construção de um futuro mais compassivo.

Assim, como uma costureira destemida diante da adversidade, continuo meu trabalho, consciente de que a cura é um processo paciente e contínuo. Nesta jornada de remendar cortes da violência e costurar tristezas, busco ser a voz silenciosa da transformação, um farol que guia em direção à reconstrução e à renovação das nossas.

4.1. Das ruas que falam, gritam e brindam

“As ruas sabem chamar quem mora longe”
(Simas, 2022, p. 129)

O Rio de Janeiro é mais do que uma cidade para mim; é um espetáculo de encantos que se desdobra a cada esquina, como se cada rua tivesse uma história a contar. A conexão que sinto com esse lugar vai além das praias icônicas e dos cartões-postais famosos. É uma relação visceral com a alma pulsante das ruas, com a ocupação vibrante que torna essa cidade tão única.

As ruas do Rio são como veias que transportam a energia pulsante da vida. O vaivém das pessoas, o burburinho dos mercados, o som dos passos ecoando nas calçadas de pedra são como notas de uma sinfonia urbana. Cada rua, cada beco, é uma história sendo contada em meio à dança das cores, cheiros e sons que caracterizam essa cidade.

A ocupação do Rio de Janeiro transcende a mera presença física; é uma celebração da diversidade, uma expressão efervescente da cultura que se desenrola diante dos meus olhos. Nos bairros históricos, sinto o passado respirando através das fachadas antigas, enquanto em bairros mais contemporâneos, percebo o pulso acelerado da modernidade. A ocupação da cidade é também um testemunho da resiliência e da resistência. Nas favelas, nas comunidades que sobem os morros, enxergo uma força pulsante que desafia as adversidades, uma vitalidade que se recusa a ser silenciada, onde somos convidadas a entrar no compasso das sonoridades das ruas, em um ritmo que deve nos levar a morar na encruzilhada da alteridade em busca de uma vivência compartilhada do mundo, sob o pano de fundo dos surdões das escolas de samba que fazem vibrar nossos corpos (Simas, 2022). Cada esquina, cada viela, é uma expressão de vida que se renova continuamente, mesmo diante dos desafios.

O encanto das ruas do Rio de Janeiro reside na mistura única de elementos culturais, na fusão de influências que cria um caldeirão de criatividade. É como se cada rua fosse uma galeria a céu aberto, exibindo grafites, pichações, murais e expressões artísticas que refletem a identidade multifacetada dessa cidade.



Fonte: Acervo pessoal



Fonte: Acervo pessoal

Ao caminhar pelas calçadas movimentadas, sinto-me parte de um grande espetáculo, uma produção teatral onde as ruas são palcos para as histórias cotidianas das/os cariocas. A cidade não é apenas um cenário, mas uma protagonista que dialoga com aquelas/es que têm a sensibilidade de escutar suas histórias sussurradas pelo vento.

A conexão com o Rio de Janeiro transcende o físico; é uma imersão nos sentidos, uma entrega à poesia urbana que flui por entre as ruas estreitas e avenidas movimentadas. Essa cidade encantadora é mais do que um lugar no mapa; é uma experiência sensorial que se desenrola a cada passo, uma dança constante entre a beleza caótica das ruas e a ocupação pulsante que dá vida a cada esquina.

Ao retornar ao Rio, experimento uma mistura de nostalgia e descoberta, como se estivesse abrindo um livro de memórias e explorando cada página com um novo olhar.

Reconectar-me com as ruas familiares, os rostos conhecidos e os lugares que moldaram minha infância e juventude é um ritual de renovação, um abraço afetuoso que a cidade me oferece para revigorar minhas energias.

Caminhar pelas ruas que um dia percorri como criança, respirar a atmosfera familiar e observar as mudanças sutis que o tempo trouxe, é como alimentar minha alma com lembranças que muitas vezes ficam adormecidas no cotidiano agitado. A cidade natal se torna um reservatório de força, um santuário de vivências que, ao serem revisitadas, despertam um senso de pertencimento profundo.

Os lugares que antes eram palco das minhas brincadeiras tornam-se agora refúgios de reflexão. Os parques que testemunharam risos e aventuras juvenis agora sussurram histórias que ressoam com minha jornada de vida. As pedras do arpoador, ainda que em um dia nublado, parecem acalentar memórias que eu nem sabia que guardava.

Reconectar-me com o Rio foi um processo de rejuvenescimento e de fortalecimento, como se cada esquina fosse um portal para a energia vital que fluía entre as recordações. As conversas com velhas/os amigas/os eram como elixires de vitalidade, reavivando laços que o tempo e a distância não conseguiram desgastar. Em meio a risadas compartilhadas e histórias revisitadas, percebi em cada reencontro um bálsamo para a alma.

As mudanças que ocorreram na cidade ao longo dos anos refletem, de certa forma, as transformações em minha própria jornada. As novas construções e as ruas remodeladas simbolizam o constante movimento da vida, enquanto os lugares que permaneceram intocados são como âncoras. Este reencontro não é apenas um retorno ao passado, mas uma celebração do presente. É uma oportunidade de recarregar minhas energias, encontrar inspiração nas raízes que me sustentam e renovar o compromisso com a jornada que se estende diante de mim. Em cada esquina, em cada rosto conhecido, sinto a cidade pulsando com a promessa de novos começos e de uma ligação inquebrável com as minhas origens.

Fiz um remendo em todas as rupturas e cortes que me fizeram sangrar, de modo que foi possível sentir pertencimento de novo, engajada na busca do meu lugar não só territorial, mas sobretudo, simbólico. bell hooks (2022) nos convida a considerar o pertencimento como algo que vai além de uma mera presença física, transcende barreiras superficiais e se estende até as esferas emocionais e espirituais. hooks examina como as estruturas sociais, como raça e classe, moldam as experiências de pertencimento, questionando as normas que muitas vezes limitam a capacidade das pessoas de se

sentirem autenticamente conectadas, especialmente aquelas que estão à margem de sistemas opressivos. É sobre criar e ocupar espaços que refletem nossa verdadeira essência, desafiando a invisibilidade e construindo pontes de compreensão entre diferentes identidades.

Meu reencontro nesta cidade estando prestes a terminar o ciclo do mestrado, após quatro anos sem visitá-la, não foi pensado antecipadamente. Tenho dito que Exu, Maria Navalha, seu Zé e todas as outras Marias abriram meus caminhos para que isso fosse possível. As trancas foram se desfazendo e a cada dia essa viagem foi se tornando uma realidade. Acredito que todas e todos que me acompanharam nesse percurso estavam me possibilitando revisitar todas essas memórias, enxergando corpos e existências que antes passavam despercebidas, a fim de fechar essa gira acadêmica acompanhada dessa pedagogia das encruzilhadas (Rufino, 2019).

A pedagogia das encruzilhadas, revela-se como um caminho instigante e profundamente transformador na minha percepção educacional. Ao adentrar esse conceito, encontro-me diante de uma abordagem que vai além da educação convencional, penetrando nos espaços limítrofes, nos encontros de saberes e nas encruzilhadas das experiências.

Precisamos de corpos fechados ao projeto domesticador do domínio colonial, que não sejam nem adequados nem contidos para o consumo e para a morte em ida. Precisamos de outras vozes, políticas porque poéticas, musicadas; da sabedoria dos mestres das academias, mas também das ruas e de suas artimanhas de produtores de encantarias no precário. A escola colonial, tão presente busca educar corpos para os desencantos e para os currais dos mercados de trabalho, normatizados pelo medo de driblar/gingar/pecar (Simas, 2022, p. 56).

A ideia das encruzilhadas sugere um entrelaçamento de caminhos, uma interseção de múltiplas realidades. Sob a ótica de Rufino, a pedagogia das encruzilhadas reconhece a complexidade e a diversidade das vivências, propondo um rompimento com paradigmas tradicionais. Ela se manifesta como um convite à reflexão sobre as múltiplas dimensões de identidade, gênero, raça e classe, presente nas encruzilhadas da vida.

A pedagogia das encruzilhadas, ao lidar com as interseccionalidades das nossas experiências, desafia-me a questionar os padrões estabelecidos e a desconstruir estereótipos. Ela incentiva a consideração das diversas perspectivas que coexistem nos cruzamentos da sociedade, criando um ambiente que abraça a multiplicidade. Ao abraçá-

la, sinto-me compelida a assumir uma postura mais sensível onde as narrativas singulares (incluídas as minhas) se entrelaçam e criam um ninho coletivo de conhecimento.

Se todos esses encontros e reencontros foram possíveis de acontecer, também foi possível tecer esse “corpo encantado das ruas”, sagaz às limitações que são evocadas, remendando as teias arrebitadas que se assemelham a um corpo lésbico possível para existir.

Tirem da cidade o complexo dos saberes sofisticados das ruas que nos forjaram; silenciam os batuques que ressoaram nas noites de desassossego, afagaram as almas e libertaram os corpos, e o que sobrar? Corpos sem nomes, disciplinados para o trabalho, aprisionados, fichados, adoecidos, amontoados, desencantados. Corpos mortos em vida numa cidade em que os mortos vivem e dançam como ancestrais” (Simas, 2022, p. 42).

Estar distante dessa terra já foi motivo de muitas lágrimas rolares por meu rosto. Em Maceió pude me conectar com outras e outros cariocas, mas é diferente de quando se está na sua terra. E por se falar em Rio de Janeiro, as ruas tomam outras proporções. As ruas que diariamente são palcos da violência, também são um terreno fértil que conecta pessoas desconhecidas, que em uma roda de samba todas e todos dançam juntas e juntos, que provoca aquele sentimento de chegar em casa após um dia cansativo, jogar a mochila de lado e deitar no sofá para relaxar. Que também permite demonstrar nossos afetos lésbicos sem tantos olhares opressores. Uma conexão que apazigua as dores por fazer se sentir pertencente, conforme canta Arlindo Cruz “O meu lugar é caminho de Ogum e Iansã”.

Observando o contraste entre o ponto turístico dos arcos da Lapa e a quantidade de pessoas em situação de rua vejo o olhar de desdém e de medo das pessoas que passam, como se fossem uma mancha incômoda na paisagem urbana; na expectativa desses moradores que geralmente estão em grupos, das migalhas de compaixão que ocasionalmente caem da mesa da sociedade. Reflito que as dores compartilhadas entre elas e eles também soam como lembrete de que por trás de cada rosto, também há uma história de desafios, perdas e sonhos desfeitos.

Nosso sangue escorrido produz um encontro na dorridade de Vilma Piedade (2017) e possibilita remendar nossos corpos violados. Entre as nossas podemos sangrar em confiança. Entre as nossas podemos analisar os acontecimentos com toda a acidez que temos direito. Entre as nossas cuidamos de nossas feridas, embalamos nossas dores,

combinamos estratégias, destrinchamos as opressões. Entre as nossas renascemos pela força da raiva e da dor. Entre as nossas criamos coragem. Entre as nossas fabricamos conceitos, modos de vida, modos de fazer ciência. Entre as nossas produzimos alianças. Entre as nossas somos uma multidão. Entre as nossas tecemos textos para produzir ancestralidades às quais outras de nós possam recorrer.

4.2. Maria Mulambo: a que tira do lixo e leva ao luxo

Nos fortalecemos em teias contra-hegemônicas. Ao invés de colocar nossas aranhas para brigar, colocamos elas juntas para tecer casulos. Nos casulos guardamos nossas navalhas e nossas canetas para, quando necessário, romper o pacto patriarcal dentro dos espaços que ocupamos.

Percorri esse caminho como cambona de Maria Navalha e todas as outras Marias. Cambonar uma entidade requer muita atenção e dedicação; escutamos o lado da consulente e dos guias espirituais.

No emaranhado intrincado da minha jornada, encontrei-me como uma aranha tecedeira, pronta para *colocar as aranhas para brigar* em um mundo que muitas vezes desafia as dissidências. Assumir uma identidade lésbica é habilmente entrelaçar fios coloridos em uma teia que celebra a pluralidade da nossa existência.

Ao *colocar as aranhas para brigar*, eu me vejo desafiando as normas sociais preestabelecidas, como se estivesse tecendo uma teia de resistência contra o conformismo. Cada fio que adiciono é uma afirmação de quem sou, uma declaração de amor próprio que se destaca na trama complexa da vida. Assim como as aranhas tecedeiras utilizam suas habilidades para criar obras de arte funcionais, eu, ao abraçar minha identidade lésbica, teço uma teia de relações autênticas e conexões genuínas. Cada interação é como um fio que fortalece essa teia, construindo um espaço seguro e acolhedor para a expressão verdadeira da minha e das nossas subjetividades.

No entanto, também me deparo com desafios. O mundo, por vezes, tenta desfazer minha teia, mas como uma aranha tecedeira, persisto. Cada obstáculo superado é um testemunho da força e da determinação necessárias para firmar nossa existência e pensamento lésbicos. Assim como as aranhas tecedeiras transformam fios em algo belo e

funcional, eu transformo minha/nossa jornada em uma tapeçaria única e vibrante que reflete a autenticidade das nossas identidades.

Como aranhas tecedeiras que somos, encontramos outras desobedientes no caminho, encontramos as nossas, afirmamos com elas que nosso pensamento é lésbico. Nos tornamos indisciplinadas (Mombaça, 2016), assumimos a precariedade que nos constitui para “pensar uma *corpografia*; uma escrita do corpo subalterno que viola a atrofia dos caminhos e que lança novas formas de perceber o mundo” como propõe Érika Oliveira et al. (2021, p.24).

Nesse remendo de experiências, Zé Pelintra, Maria Navalha e demais pombagiras me acompanharam e se tornaram figuras transformadoras dessas violências e aniquilamentos, enfatizando o potencial das navalhadas como ferramentas metodológicas de produção de conhecimento, criando, a partir da figura de Maria Mulambo, um corpo remendado, que foi do desalento à EXÚberância gingando, gargalhando e malandreado as amarguras.

Zé Pelintra, o espírito que caminha pelas encruzilhadas da vida, se torna um símbolo de transformação, um guia que desafia as violências e opressões que permeiam nossa existência. Em sua figura, enxergo a força ancestral que se ergue para enfrentar as injustiças e criar caminhos de superação; é o transformador de violências, o defensor daqueles e daquelas que enfrentam opressões diárias. Como uma presença mágica que surge nas encruzilhadas da vida, ele representa a possibilidade de mudança, de romper com as correntes que nos aprisionam. É como se, ao seu lado, pudéssemos encarar de frente as adversidades e encontrar forças para transmutar a dor em poder.

Sua energia é a antítese das opressões. Ele não apenas enfrenta as violências, mas as transcende, oferecendo um caminho para a libertação. É como se Zé Pelintra, com sua malandragem sagaz, nos ensinasse a arte de driblar as adversidades e a transformar a negatividade em sabedoria. Sua presença é uma lembrança de que, mesmo nas encruzilhadas mais difíceis, há sempre a oportunidade de reinventar nosso destino.

Assim como Zé Pelintra transcende os estigmas que cercam sua figura, ele nos convida a questionar e desafiar as normas que perpetuam as opressões. Sua presença é um chamado à rebeldia construtiva, à resistência que busca não apenas a sobrevivência, mas a transformação profunda das estruturas injustas; é um aliado na jornada contra as violências, um mentor que nos guia para fora das encruzilhadas sombrias em direção à luz da libertação. Em suas vestes elegantes e sorriso malicioso, percebo a espiritualidade

que transcende rótulos e lembra da nossa capacidade intrínseca de renascer das cinzas, mais fortes e conscientes.

As pombagiras, são como guardiãs das encruzilhadas, desafiando as normas que tentam aprisionar a construção sobre o ser mulher. Elas não se curvam ao domínio masculino e dançam ao ritmo de sua própria liberdade. Sua presença é um lembrete de que a força feminina não pode ser contida, e sua independência é um testemunho vivo de resistência.

Estas mulheres espirituais, desafiam estereótipos e quebram correntes que tentam aprisionar a feminilidade em moldes restritivos. São como chamas ardentes, queimando a opressão e iluminando nossos caminhos. Nas encruzilhadas onde a sociedade impõe suas regras, as pombagiras dançam com uma energia que desafia e transforma.

Exalam uma independência que é palpável, como se cada passo de dança, cada gargalhada fosse uma declaração de autonomia. Nas encruzilhadas da espiritualidade, elas são líderes, mestras da subversão, e mostram que a força das mulheres não é um conceito a ser temido, mas uma força que pode moldar destinos. Elas não precisam de permissão para existir em sua plenitude; são como símbolos vivos da capacidade das mulheres de transcender as expectativas sociais e de desafiar o status quo; um convite à autoexpressão. Ao subverterem o domínio masculino, elas se tornam inspirações para todas as mulheres que buscam se libertar das amarras do patriarcado.

Em suas danças, gargalhadas e olhares vejo um convite à rebelião contra a norma, à quebra de correntes que tentam aprisionar o poder feminino. As pombagiras são, para mim, faróis de luz nas encruzilhadas da resistência feminina, mostrando que a força, a independência e a subversão são elementos intrínsecos à essência feminina, que não podem ser apagados, controlados ou subjugados. “Que diabos fazer? A nossa tarefa não é apenas resistir. Já não é mais suficiente. É reexistir mesmo; reinventar afeições dentro ou fora das arenas e encontrar novas frestas para arrepiar a vida de originalidades, encantarias e gritos” (Simas, 2022, p.84).

Maria Mulambo, a pombagira que dança entre as encruzilhadas da minha existência, é uma entidade que vive as transformações das violências em um corpo possível de existir. Ela é mais do que uma entidade espiritual; é a personificação do rompimento, uma presença que dança entre as sombras e a luz, desafiando as adversidades que se manifestam em minha jornada.

Em suas saias rodadas e olhar penetrante, Maria Mulambo carrega consigo as marcas das violências que assolam este mundo. Mas, ao mesmo tempo, ela é uma

testemunha viva da transformação, uma força que converte as feridas em cicatrizes de sabedoria. Ela dança com uma graça que transcende a dor, revelando que mesmo nas profundezas da escuridão, a luz da superação pode emergir.

Maria Mulambo é a guardiã das metamorfoses, uma presença que me guia através das transmutações necessárias para sobreviver às violências que permeiam a existência. Ela conhece os recantos mais sombrios, mas ao invés de julgar, ela tece um manto de compreensão e aceitação ao meu redor. Em sua dança sinuosa, ela transforma a dor em poder. Ela é a testemunha das violências que meu corpo suportou, mas também é a confidente que compartilha a sabedoria da resistência. Maria Mulambo é o eco da minha força interior, a lembrança constante de que, mesmo diante das tempestades, posso emergir mais forte.

A presença de Maria Mulambo não nega as realidades brutais, mas ela é a afirmação de que, mesmo em meio às violências, posso criar um espaço sagrado para minha existência. Suas saias se movem como as ondas do mar, levando embora as mágoas e trazendo consigo a promessa de renovação. Em suas manifestações, Maria Mulambo é uma lembrança de que o corpo, apesar das violências que possa ter enfrentado, é capaz de se transformar, florescer e reivindicar sua dignidade. Ela é a canção da sobrevivência, uma presença que me sussurra ao ouvido que, mesmo nas situações mais adversas, há espaço para a cura e a renovação.

Assim, Maria Mulambo dança em meio às encruzilhadas da minha existência, testemunhando e guiando-me através das metamorfoses que me tornam quem sou. Ela é quem vive as transformações das violências em um corpo possível de existir, uma celebração da força que reside na capacidade de renascer, resistir e recriar a própria narrativa.

Ao longo da minha vida, meu corpo sempre foi um campo de batalha, um terreno onde as expectativas alheias se chocavam com o verdadeiro desejo que habitava em mim. Nasci mulher, mas a sociedade parecia ter um *script* pronto para como eu deveria viver minha feminilidade. No entanto, ser uma mulher lésbica acrescentou camadas extras a esse desafio.

Na juventude, a pressão para atender às normas convencionais de beleza me atingia como ondas incessantes. Eu me via cercada por padrões inatingíveis que não apenas ditavam como meu corpo deveria ser, mas também me lembravam constantemente de que a minha sexualidade era um desvio da norma. Eu era uma dissidência, uma intrusa em um mundo que esperava uniformidade.

Essa batalha pelo meu corpo e identidade atingiu seu ápice quando a discriminação e o preconceito se tornaram quase insuportáveis. Era como se meu corpo fosse um campo de guerra, e cada olhar julgador, cada comentário maldoso, cada gesto de desaprovação era uma bomba lançada contra minha autoestima. Me senti como se estivesse sendo aniquilada, parte por parte, até que restasse apenas uma sombra do que eu era.

Foi nesse ponto sombrio que comecei minha jornada de reconstrução. Com coragem, encontrei força nas palavras de outras mulheres que ousaram desafiar as normas. Abri espaço para a autenticidade, para abraçar cada curva e cada traço que compunham meu corpo. A aceitação começou de dentro para fora, e cada pedaço de mim que havia sido anulado começou a se reafirmar.

Ao me aceitar como uma mulher lésbica, percebi que minha identidade não era um fardo, mas sim uma dádiva. Minha sexualidade não era uma aberração, mas uma parte fundamental do que eu era. Descobri uma comunidade de almas afins, fortalecendo-me com histórias de superação. A jornada foi árdua, mas, aos poucos, vi meu corpo se transformar em um manifesto de amor-próprio. Cada cicatriz se tornou uma marca de resistência, cada curva se transformou em uma expressão de minha verdadeira essência. Eu não estava mais em guerra comigo mesma; em vez disso, tornara-me uma guerreira, uma defensora da liberdade de ser quem eu sou. Hoje, ergo-me como uma mulher lésbica que superou a aniquilação imposta pela sociedade. Meu corpo é meu templo, e minha identidade é uma tapeçaria de experiências, amores e desafios superados. Em cada passo, lembrando-me de que, apesar de todos os obstáculos, floresci em minha verdadeira essência, emergindo mais forte do que nunca. Aprendi com Sara Ahmed (2022, p.19) e Audre Lorde a gerar “da minha própria experiência um recurso que me encorajou a fazer teoria a partir da descrição de meu lugar no mundo, fazer teoria a partir da descrição de não ter lugar no mundo”.

O centro do Rio de Janeiro, o lugar dos sem lugares no mundo, está tomado por pessoas em situação de rua. Ainda que em situações precárias e desumanas de vida, muitas e muitos ocupam as ruas portando seus fios de conta de Exu com o desejo de proteção frente às atrocidades que as ruas podem provocar. Tirei um momento para ir ao Santuário de Zé Pelintra fazer meus agradecimentos e enquanto tocava na imagem de Maria Navalha, um morador de rua se aproximou, segurando uma sacola com materiais recicláveis, na cabeça, um chapéu Panamá e seu fio de conta: “Seu Zé, me ajuda! As coisas estão muito difíceis.”. Nos olhamos quase que simultaneamente, nos

cumprimentamos e seguimos nossos caminhos. O corpo encantado das ruas, amorosos, de festa, de luta se lançam ao movimento, encontram fuga e conexão.

Quem não lhe conhece, vai lhe conhecer
Ela é Maria Mulambo, com muito prazer
Ela nasceu do lixo, na boca da lixeira
Ela é Maria Mulambo e não é de brincadeira
É maloqueira da lixeira, é da pá virada
Ela é Maria Mulambo e não me deve nada
É do luxo ao lixo, é do trapo ao pó
Ela é Maria Mulambo, ela é farrapo só

(Ponto de Maria Mulambo)

Eis que chego Maria Mulambo. Minha jornada da penumbra do lixo ao brilho do luxo é um conto de determinação e superação das amarras patriarcais que, por muito tempo, tentaram me condenar a um destino preestabelecido. Eu, uma mulher que emergiu das sombras do desfavorecimento, escrevi minha própria história, desafiando as normas que tentaram me confinar.

Nos primeiros capítulos da minha vida, as circunstâncias me relegaram a um mundo de adversidades. Cresci em meio ao lixo social e econômico, onde as oportunidades pareciam escassas, e as expectativas para uma mulher como eu eram limitadas. Mas, ao invés de me submeter a esse destino pré-determinado, eu escolhi trilhar meu próprio caminho, desprendendo-me das amarras que a sociedade tentou impor.

As amarras patriarcais, como correntes invisíveis, tentaram me conter, ditando o que eu deveria ser e aonde eu poderia chegar. No entanto, minha determinação era mais forte do que qualquer norma imposta. Cada passo que eu dava era um ato de resistência, uma recusa em aceitar os limites que tentavam me aprisionar. Comecei a redefinir meu próprio valor. Transformei os desafios em oportunidades e, com cada vitória sobre as adversidades, fui pavimentando meu caminho para fora das sombras. Deixei para trás o lixo das expectativas alheias e ergui-me com a força de quem não se deixa definir pelos padrões que tentavam me moldar.

A transição do lixo ao luxo não foi apenas uma mudança material, mas uma metamorfose interna. Desvencilhar-me das amarras significou desafiar a ideia de que meu

valor estava intrinsecamente ligado à minha conformidade com papéis pré-determinados. Fui além das expectativas, abracei a minha autonomia e reconstruí minha identidade com base nas minhas próprias aspirações e conquistas.

Hoje, olho para trás e vejo o quanto percorri. Muitas amarras foram desfeitas, e eu emergi não apenas como uma sobrevivente, mas como uma mulher transgressora. A luxúria da minha vida atual não se mede em bens materiais, mas na liberdade conquistada, na capacidade de inspirar outras mulheres a desafiar as amarras que as restringem.

Minha história é uma ode à força feminina que não se dobra perante as amarras patriarcais. É um testemunho de que, independentemente do ponto de partida, podemos transcender as expectativas impostas e escrever nossos próprios destinos. Eu, que fui do lixo ao luxo, sou a prova viva de que o poder de redefinir nossa história está sempre em nossas mãos, prontas para desatar as amarras que tentam nos restringir.

Fui amadrinhada e apadrinhada por Maria Navalha, Zé Pelintra, Exus, Maria Mulambo e outros encantos e encantados, com elas/es aprendi a driblar as dificuldades. Agora, entrego a navalha para outras mulheres, especialmente mulheres lésbicas, tecendo nossas teias e aninhando nossos casulos para quando for necessário nos fortalecermos, aniquilando o silenciamento como estratégia.

Hoje eu, Ariane, ergui a cabeça e saí caminhando. Agradei as entidades que me acompanharam. Gargalhei com o charuto na boca. Amarrei a navalha na perna. Usei minha roupa mais luxuosa. Tomei a benção de minha Mametu Sinagongi, Em breve o diploma estará na minha mão. Hoje eu terminei esse mestrado. Recolho e deixo minhas forças neste texto. Com minha navalha faço o acabamento dessa dissertação, nas páginas esculpidas à base de suor e lágrima. E a vida segue.

5. REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. O perigo de uma história única. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

AHMED, S. Viver uma Vida Feminista. Tradução: Jamille Pinheiro Dias, Mariana Ruggieri e Sheyla Miranda. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

ALÓS, A. P. O lugar do desejo na matriz heterossexual de sentidos: uma análise de *trunfo dos pêlos*, de Aretusa Von. Revista (CON)TEXTOS Linguísticos. Vitória – v.6, n.7. p. 47 – 60, 2012. Disponível em:

<<https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/4618>> Acesso em 05 jan. 2022.

ALVES, N. F. T. et al. Mulheres no contexto do trabalho: representações sociais a partir da orientação sexual. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, vol. 20, n 2, p. 421-441. 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/52567>> Acesso em: 20 jan. 2022.

ANZALDÚA, G. (2021) [2009] *A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha

ANZALDUA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 08, n. 01, p. 229-236, 2000. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2000000100017&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 fev. 2023.

BACHELARD, G. (1972) Conhecimento comum e conhecimento científico. *Revista Tempo Brasileiro*, 28, 47-56.

BAETA, E. *Oxe, baby*. 1. ed. Rio de Janeiro: Galera Record, 2021.

HOOKS, b. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, b. *Pertencimento: uma cultura do lugar*. São Paulo: Elefante: 2022b, 308p.

BERNARDINO, M. C. R. ; SAMPAIO, D. B. . O corpo lésbico fala? imagem, lesbofobia e informação. In: Fórum de Estudos em Informação, Sociedade e Ciência - IV FEISC, 2021, Porto Alegre, RS. IV FEISC. Porto Alegre, RS: FEISC, 2021. v. 4. p. 93-100.

BOEMIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/malandragem/>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRAGA, K. D. da S.; RIBEIRO, A. I. M.; CAETANO, M. R.V. Discussões iniciais sobre lesbianidades e educação escolar. *Rev. E-mosaicos*. Rio de Janeiro, v. 6, n 11, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/28603>> Acesso em: 15 jan. 2022.

BRAZ, E. P.; VIEIRA, J.; BUSSOLETTI, D. O professor e o armário: lugares de saber, poder e resistência na escola. *Revista Cocar*. Belém, vol 7, n.14, p. 23-33| ago-dez 2013. Disponível em: < <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/276>> Acesso em: 05 jan. 2022.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, R. E. G. Escrever-se travesti, reescrever-se sapatão: um recorrido sobre corpos e afetividades insubmissas. In: SOARES, Mayana Rocha; BRANDÃO, Simone;

FARIA, T. (Orgs). *Lesbianidades plurais: abordagens e epistemologias sapatonas*. Salvador: Editora Devires, 2019.

CAPRONI NETO, H. L.; BICALHO, R. de A. Violência simbólica, lesbofobia e trabalho: um estudo em juiz de fora. *HOLOS*, [S. l.], v. 4, p. 249–265, 2017. DOI: 10.15628/holos.2017.5871. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5871>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. . Acesso em: 08 dez. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs*. Brasília, DF: CFP, 2019.

CORREIA, P. P. O mito de Exu e a representação da encruzilhada. *Rev. Organon*, Porto Alegre, v. 37, n. 74, p. 136-155, jul/dez. 2022. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/125298/87424>> acessado em 13 mar. 2023.

CUMINO, Alexandre. *Pombagira, a Deusa: mulher igual a você*. São Paulo: Madras, 2019.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>> acessos em 18 fev. 2023.

FAVERO, S. R. Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei , v. 15, n. 3, p. 1-16, set. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000300010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 dez. 2023.

FERNANDES, E. B. Morte ao patriarcado: fraternidade, irmandade, sororidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 63, p. e216309, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8668792>. Acesso em: 15 nov. 2023.

HADDOCK-LOBO, R. Maria Navalha e a Filosofia Popular Brasileira - um “trabalho” de campo: UN "TRABAJO" DE CAMPO. *Revista Calundu*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 21, 2021. DOI: 10.26512/revista-calundu.v4i2.34990. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/view/34990>. Acesso em: 13 set. 2023.

HARAWAY, D. (1995) Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5) pp. 07-41

JULIANI, R. P.; SCOPINHO, R. A. Os lugares do diferente no trabalho contemporâneo: trajetórias de pessoas LGBTs. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 65-78, jun. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172020000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 fev. 2022. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i1p65-78>.

LIMA, F.; BENINCÁ, A. Igualdade e não discriminação: um debate sobre as ações afirmativas para a garantia de direitos dos homossexuais na sociedade brasileira. *Revista Thesis Juris*, 6(2), 328-348. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/thesisjuris/article/view/9006>> Acesso em 13 fev. 2022.

LORDE, A. (2019) [1984] *Irmã Outsider*. São Paulo: Autêntica

MALANDRAGEM. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/malandragem/>. Acesso em: 15 set. 2023.

MIZAEL, T. M. Lesbofobia institucional:: reflexões sobre saúde, educação e visibilidade. *In*: ALVES, B. E. R.; FERNANDES, F. B. M. (org.). *Pensamento lésbico contemporâneo: decolonialidade, memória, família, educação, política e artes*. 1. ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021. cap. 5, p. 329-340. Disponível em: <<http://generoesexualidade.ffch.ufba.br/wikigira/e-bookpensamento-lesbico-contemporaneo/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

MORAES, M.; TSALLIS, A. C. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. *Rev. Polis Psique*, Porto Alegre, v. 6, n. spe, p. 39-51, jan. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 dez. 2023.

ODÉ KILEUY; VERA DE OXAGUIÃ. *O candomblé bem explicado* (Nações Bantu, Iorubá e Fon). Organização: Marcelo Barros. Rio de Janeiro: Pallas, 2009, 368 p.

OLIVEIRA, E. C. S et. al. (2021) *Desobediências epistêmicas e pesquisas monstruosas em psicologia social*. *In*: CRUZ, L. R; Hillesheim, B & Eichherr, L. M. (org.). *Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisas*. Florianópolis: ABRAPSO Editora, 2021, p.

PELLIZARI, E. Maria Navalha - A primeira Pomba-Gira?. *Umbanda EAD*, [S. l.], p. 1-2, 8 nov. 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/72070016/PG-EM-008-A3-Maria-Navalha-Edmundo-Pellizari-Ok>. Acesso em: 15 set. 2023.

PERES, M. C. C.; SOARES, S. F.; DIAS, M. C. *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

REIS, L. A figura da pombagira: transgressão e empoderamento feminino. *Rev. Sacrilégens, Juiz de Fora*, v. 17, nº 1, pp. 109-126, jan-jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilégens/article/view/30810/20953>> acessado em 16 mar. 2023.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, Traduzido por Carlos Guilherme do Valle. [S. l.], v. 4, n. 05, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 13 ago. 2023.

ROCHA, I. A. et. al. (2021) Investigando as violências sofridas por mulheres lésbicas universitárias. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 39-57, abr. 2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682021000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 nov. 2023. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2021v27n1p39-57>.

RUFINO, L. *Pedagogia das Encruzilhadas*- Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2 ed, 2001

SILVA, L. B.; CALAIS, L. B. A performance da feminilidade e passabilidade em mulheres lbt. *Cadernos De Psicologia, Juiz de Fora*, v. 1, n. 2, p. 146-167, ago./dez. 2019 – ISSN 2674-9483. Disponível em: <<https://seer.cesjf.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/2487/1621>> Acessos em 13 fev. 2022.

SILVA, Z. P.; ARAÚJO, R. J. C. Pensamento lésbico: uma ginga epistemológica contra-hegemônica. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, 29(3), 2021.

SIMAS, L. A. *O corpo encantado das ruas. – 10ª ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SOARES, L. V.; MACHADO, P. S. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia Política*, 17(39), p. 203-219. 2017.

SOUSA FILHO, A. Ideologia e transgressão. *Rev. psicol. polít., São Paulo*, v. 11, n. 22, p. 207-224, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 mar. 2023.

TOLEDO, L. G.; TEIXEIRA FILHO, F. S. Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. *Estudos e Pesquisa em Psicologia, UERJ, Rio de Janeiro*, n. 3, p. 729-749. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8910>: acessos em 18 fev. 2023.

TORRES, M. A.; PEDROSO, A. O reconhecimento de existências lésbicas e a lesbofobia no ensino superior. *Linhas Críticas, [S. l.]*, v. 26, p. e32636, 2020. DOI: 10.26512/lc.v26.2020.32636. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/32636>. Acesso em: 20 nov. 2023.